

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Departamento de Ciências da Informação  
Curso de Arquivologia**

**Sharon Daniela Núñez**

**A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:  
os arquivos resultantes do movimento LGBTTT em Porto Alegre**

**Porto Alegre**

**2017**

**Sharon Daniela Núñez**

**A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:  
os arquivos resultantes do movimento LGBTT em Porto Alegre**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Rita de Cássia Portela da Silva

**Porto Alegre**  
2017

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Departamento de Ciências da Informação  
Curso de Arquivologia**

**A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO:  
os arquivos resultantes do movimento LGBTT em Porto Alegre**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do  
Título de Bacharel em Arquivologia, pela Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Rita de Cássia Portela da Silva - DCI/FABICO/UFRGS (orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Marlise Giovanaz - DCI/FABICO/UFRGS

---

Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar - DCI/FABICO/UFRGS

### CIP - Catalogação na Publicação

Núñez, Sharon Daniela

A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: os arquivos resultantes do movimento LGBTT em Porto Alegre / Sharon Daniela Núñez. -- 2017.

95 f.

Orientadora: Rita de Cássia Portela da Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. LGBTT. 2. Arquivos. 3. Movimento social. 4. Porto Alegre. I. Portela da Silva, Rita de Cássia, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha família, minha mãe Adriana, minha irmã Lucia, minha vó Ethel e meu avô Eliu por fazerem possível esta trajetória.

Agradeço à Pâmela que esteve neste último ano me auxiliando das diversas maneiras, acompanhando a elaboração, apoiando e dando as suas opiniões sobre a temática, bem como conhecendo de perto o que a área da Arquivologia representa para a sociedade, ou seja, a base.

Vir pra um país diferente e encarar uma faculdade inteira é algo bem difícil de lidar, mas os amigos que fiz tornaram isso mais fácil. O apoio de todos, minha família de longe e meus amigos de perto é o que mais me deu sustento para continuar, um equilíbrio necessário.

Entrego este trabalho com muito orgulho de tudo e todos que fizeram parte e viram de perto a minha luta.

Principalmente, dedico este trabalho à comunidade LGBTT que com a alegria de sempre mantém a esperança de construir e lutar pela igualdade que merece!

Gracias, especialmente, ao Somos, Liga Brasileira de Lésbicas, Igualdade RS, Homem Trans em Ação, Outra Visão e G8-Generalizando!

## RESUMO

Este trabalho estudou a constituição dos arquivos do movimento LGBTTT em Porto Alegre, através da identificação do contexto histórico-administrativo e do contexto arquivístico de seus acervos. Para executar nossa pesquisa utilizamos neste trabalho uma abordagem de cunho qualitativo, exploratória, na forma de estudo de caso, utilizando para coleta de dados entrevistas realizadas à membros das organizações. Para contextualizar nosso objeto de estudo, apresentamos o movimento LGBTTT tanto no Brasil como em Porto Alegre. Também estudamos sua representação através do portal de produções acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para compreender o comportamento dos acervos no movimento social LGBTTT estudamos a função social dos arquivos nos movimentos sociais. Nossa análise teve como objetivo analisar o contexto arquivístico das organizações a partir da natureza de seus acervos, seus métodos de organização, o acesso e difusão e a preservação, a custódia e guarda.

**Palavras chave:** movimento social; LGBTTT; arquivos; acervos; Porto Alegre.

## RESUMEN

Este trabajo estudió la consituición de los archivos del movimiento LGBTTT en Porto Alegre, mediante la identificación del contexto histórico-administrativo y del contexto archivístico de sus colecciones. Para ejecutar nuestra pesquisa utilizamos en este trabajo un abordaje cualitativo, exploratorio, en la forma de estudio de caso, utilizando para colecta de datos entrevistas realizadas a miembros de las organizaciones. Para contextualizar nuestro objeto de estudio, presentamos el movimiento LGBTTT tanto en Brasil como en Porto Alegre. También estudiamos su representación mediante el portal de producciones académicas de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para comprender el comportamiento de las colecciones del movimiento social LGBTTT estudiamos la función social de los archivos de los movimientos sociales. Tuvimos como objetivo analizar el contexto archivístico de las organizaciones mediante los tipos de archivos, sus métodos de organización, el acceso, la difusión y la preservación, la custodia y guardia.

**Palavras clave:** movimiento social; LGBTTT; archivos; colecciones; Porto Alegre.

## LISTA DE FIGURAS

**GRÁFICO 01** - Evolução temporal da produção científica da UFRGS no Lume recuperada pelos termos LGBT e LGBTTT

28

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 01</b> - Legislação e Políticas LGBT no Brasil	21
<b>QUADRO 02</b> - Legislação e Políticas LGBT na cidade de Porto Alegre	25
<b>QUADRO 03</b> - Natureza do conteúdo do acervo	60
<b>QUADRO 04</b> - Métodos de organização	62
<b>QUADRO 05</b> - Acesso e difusão nos acervos	63
<b>QUADRO 06</b> - Preservação, custódia e guarda	64

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 01</b> - Ocorrências dos Termos LGBT/LGBTT por ano no Lume/UFRG	28
<b>TABELA 02</b> - Ocorrência dos Tipos de Trabalho LGBT/LGBTT no Lume/UFRGS	29
<b>TABELA 03</b> - Ocorrência dos trabalhos LGBT/LGBTT na Unidades Universitárias no Lume/UFRGS	30
<b>TABELA 04</b> - Ocorrências dos tipos de trabalho LGBT/LGBTT no Lume/UFRGS nas Unidades Universitárias	31

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Problema de pesquisa</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Objetivos geral e específicos</b>	<b>14</b>
<b>1.3 Justificativa</b>	<b>14</b>
<b>1.4 Resumo dos Capítulos</b>	<b>15</b>
<b>2 O MOVIMENTO SOCIAL LGBTT</b>	<b>16</b>
<b>2.1 No Brasil</b>	<b>17</b>
<b>2.2 Em Porto Alegre</b>	<b>23</b>
<b>2.3 A temática LGBTT na produção científica da UFRGS disponibilizada no LUME</b>	<b>26</b>
<b>3 A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS</b>	<b>33</b>
<b>3.1 Definições e funções</b>	<b>33</b>
<b>3.2 A função social</b>	<b>38</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>44</b>
<b>5 OS ACERVOS DO MOVIMENTO LGBT EM PORTO ALEGRE</b>	<b>47</b>
<b>5.1 Somos</b>	<b>47</b>
<b>5.2 Liga Brasileira de Lébricas - RS</b>	<b>50</b>
<b>5.3 Igualdade RS</b>	<b>52</b>
<b>5.4 Homem Trans em Ação</b>	<b>55</b>
<b>5.5 Outra Visão</b>	<b>56</b>
<b>5.6 G8-Generalizando</b>	<b>58</b>
<b>5.7 Análise</b>	<b>59</b>
<b>6 CONCLUSÃO</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>70</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>77</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS

ARCA/ISER - Apoio Religioso Contra Aids/Instituto de Estudos da Religião

AIDS - Acquired Immunodeficiency Syndrome/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CRDH/NUPESEX - Centro de Referência em Direitos Humanos/ Núcleo de Pesquisa Sexual da UFRGS

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

DBTA - Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

FACED - Faculdade de Educação

GAPA - Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

GLS - Gays, Lésbicas e Simpatizantes

GT - Grupo de Trabalho

GTLOS - Grupo de Trabalho da Livre Orientação Sexual

HIV - Human Immunodeficiency Virus/Vírus da Imunodeficiência Humana

HTA - Homens Trans em Ação

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas

LGBT/LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MDS - Museu da Diversidade Sexual

ONG - Organização Não-Governamental

PNPCDH-LGBT - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

RS - Rio Grande do Sul

SALOS - Secretaria Adjunta da Livre Orientação Sexual

SAJU - Serviço de Assessoria Jurídica Universitária

SMDH - Secretaria Municipal de Direitos Humanos

STF - Supremo Tribunal Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TRF - Tribunal Regional Federal

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

# 1 INTRODUÇÃO

Este estudo inicia com o intuito maior do que apenas realizar uma pesquisa arquivística ou expor um problema encontrado nas raízes da sociedade contemporânea. Procuramos percorrer este caminho para reforçar a luta pelo respeito entre indivíduos pertencentes a uma mesma espécie. Os nossos questionamentos aqui sobre o real significado disso surgem no dia a dia observando as atitudes que pessoas têm tanto como indivíduos como no coletivo, em grupos sociais, na tentativa de oprimir ou suprimir minorias e grupos vistos como mais fracos. Os registros documentais de diversos tipos são a prova viva da luta, neste caso, de grupos pertencentes ao movimento que busca a igualdade dos direitos sexuais e de identidade de gênero, tema escolhido para este Trabalho de Conclusão de Curso.

A luta do movimento social pela diversidade sexual e de gênero se manifesta a partir de uma revolta de mulheres lésbicas num bar em Nova Iorque, nos Estados Unidos, o que desencadeia uma série de episódios que mobilizam toda uma comunidade "escondida dentro do armário". Com o tempo, muitas questões foram trazidas à tona pelo movimento surgente, como por exemplo: a precariedade ou inexistência das leis que garantiam o direito de livre expressão sexual, a violência contra os LGBTT, a falta de políticas públicas para a saúde dos LGBTT, a educação realizada a partir de uma construção heteronormativa, a repressão no ambiente de trabalho e familiar, o preconceito associado às taxas de suicídio, entre outras.

Os arquivos não são a origem da luta do movimento pelos seus direitos, mas o reflexo dele, das atividades e ações realizadas pelas pessoas, grupos e instituições públicas e privadas que o configuram. Em suma, reflete-se a importância desta pesquisa, para entender como se dá a produção desta documentação, sua acumulação e o tratamento dado, bem como destacar esses arquivos como fontes para diversos usos como acadêmicos e culturais.

## 1.1 Problema de pesquisa

A pergunta que encabeçou este trabalho de pesquisa, a qual chamaremos de problema de pesquisa, foi: como são constituídos os arquivos provenientes do movimento LGBTT em Porto Alegre?

## **1.2 Objetivos geral e específicos**

Para poder responder à pergunta de pesquisa e levar a cabo a execução deste trabalho contamos com norteadores, um objetivo geral e objetivos específicos.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como se constituem os acervos do movimento LGBTTT em Porto Alegre.

Para isso, foi necessário:

1. Expor e contextualizar como se deu o movimento LGBTTT;
2. Identificar os acervos do movimento LGBTTT na cidade e a sua natureza;
3. Analisar o contexto arquivístico dos acervos, considerando: sua natureza; seus métodos de organização; suas condições de acesso e difusão; e preservação, custódia e guarda.

## **1.3 Justificativa**

Sabemos, que o movimento LGBTTT possui um histórico de lutas forte na capital gaúcha, por isso, justificamos a escolha deste assunto, para identificar como são produzidos os documentos pertencentes a ele a partir de grupos e pessoas que possamos ter contato direto e com isso auxiliar nas pesquisas sobre o assunto. Aprofundar conhecimentos sobre o tema LGBTTT associando-o aos arquivos reúne duas questões que pouco têm conversando entre si, e foi ao notar essa lacuna no cruzamento dos temas que percebemos a necessidade de realização desta pesquisa. Nossa intenção é identificar os acervos privados e públicos e destacar o seu valor social, baseando nosso trabalho na pesquisa referencial e de campo. Para o âmbito privado, mais do que tudo, destacar a necessidade de "definição de políticas específicas quanto da orientação de pesquisadores e demais usuários de arquivo, a localização, o mapeamento e a sistematização de informações relativas a esses acervos" bem como pensar em "programas de treinamento que capacitem os organizadores [...] tanto do ponto de vista da organização e da divulgação de seus acervos, quanto de sua correta identificação [...] para o acesso do público interessado a esses conjuntos documentais e para sua própria preservação" (HEYMANN, 2005).

## **1.4 Resumo dos Capítulos**

Para dar conta de estudar os arquivos do movimento LGBTTT nos aproximamos do mesmo na cidade de Porto Alegre e no Brasil, local onde ocorrerá a pesquisa, uma vez que temos acesso à participantes ativos, como pessoas, grupos e instituições públicas e privadas.

Para nos apropriarmos do assunto e poder pesquisá-lo com mais clareza, selecionamos um referencial teórico que nos permitisse dar base para executar a pesquisa analítica. No primeiro capítulo tratamos de nos aproximar do tema e relatar a trajetória histórica do movimento da diversidade sexual e de gênero (LGBTTT) no mundo; expor como surgiu o movimento da diversidade sexual e de gênero (LGBTTT) no Brasil e em Porto Alegre; e, contextualizar a produção acadêmica LGBTTT na UFRGS. No segundo capítulo procuramos conhecer como os arquivos se comportam dentro dos movimentos sociais e as suas funções sociais. No terceiro capítulo explicamos como foi executada a pesquisa e qual foi a metodologia utilizada. No quarto capítulo nos aprofundamos em ambos assuntos a partir da análise e apresentação dos dados coletados identificando como se constituem os arquivos do movimento LGBTTT e quais suas utilizações. No quinto capítulo apresentamos nossas considerações finais sobre trabalho de pesquisa realizado.

## 2 O MOVIMENTO SOCIAL LGBTTT

A cidadania é um conceito antigo que passou por transformações das mais variadas desde a sua introdução até concepção atual. Segundo Botelho e Schwarcz (2012), a sociedade está ainda fortemente caracterizada pelos resquícios que a Antiguidade deixou através da definição de cidadania pelo filósofo grego Aristóteles (IV a.C.), significado adquirido pela Revolução Francesa do século XVIII, utilizando o lema de liberdade, igualdade e fraternidade na luta pelos direitos humanos. Assim como, a influência romana (II a.C) na concepção jurídica do termo cidadania e cidadão, designando primeiramente uma série de direitos aos *civis*, a primeira figura social que podia "construir família, ter servos e libertá-los (conferindo-lhes, assim, cidadania), contrair obrigações, votar decidindo sobre a paz, sobre a guerra e sobre a criação de magistrados, ser eleito nas magistraturas." (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 8). Com o tempo, os direitos de cidadania, ou *civitas romana*, passam a englobar todos os habitantes do Império, caracterizando o termo que na modernidade daria lugar, com "as obras do inglês John Locke e o suíço Jean-Jacques Rousseau [...], à idéia de um "contrato" firmado pelos cidadãos com o Estado" (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 9).

É recente, a partir dos anos de 1970, que o surgimento e explosão dos movimentos de minorias, ou movimentos sociais, na luta pela cidadania e direitos civis ganham visibilidade. A cidadania percebida como chave para conquistar mudanças e inovações, não somente associada "ao exercício pleno num Estado de direitos, e ao exercício do convívio entre iguais em sociedade, mas também a um exercício [...] de diferenças entre iguais. [...] Uma compreensão diferente da idéia de igualdade, com diversidade" (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p. 10). Os autores também associam e qualificam o conceito de cidadania como uma "identidade social politizada", criando laços e sentimentos entre pessoas que se identificam a partir das mobilizações, confrontos, negociações e simbólicos. É necessário ter muita cautela ao lidar com este tema, já que participantes de algumas mobilizações podem ao mesmo tempo que procurar por uma afirmação de seus direitos, sofrer um maior preconceito. A exigência de direitos civis, que sejam a garantia de diversas identidades sociais políticas, está cada vez mais refinada e atrelada aos direitos humanos. Especifica-se cada vez mais para

englobar uma maior diversidade de grupos de minorias existentes, que procuram às ruas e estratégias para refletir a sua identidade social política que será o seu verdadeiro exercício de cidadania.

Dentro dos movimentos de minorias, o que decidimos analisar denomina-se LGBTT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais), termo que é hoje utilizado convencionalmente pela comunidade no geral. Refere-se a um grupo, não heterossexual, cujo reconhecimento de práticas e expressões sexuais, são desconsideradas como direitos (FACCHINI, 2005 *apud* TORRES, 2010, p. 13). Não se limita às sexualidades ou identidades definidas, mas também às que por enquanto não foram nomeadas (p. 14).

É a partir do século XIX, que a diferenciação das personalidades específicas, cujos atos sexuais eram vistos como imorais ou ilegais pela comunidade no geral, "passam a designar "espécies" de humanos, [...] um dispositivo de poder que divide as pessoas entre normais e anormais" (FOUCAULT, 1999 *apud* NARDI, 2013, p. 18).

Foi durante o período da "contracultura" dos anos de 1960, nos Estados Unidos, que a rebelião dos frequentadores homossexuais do bar *Stonewall Inn* tomou lugar. Como citamos no início deste texto, o ano de 1969 foi o marco inicial do movimento de defesa à liberdade sexual e de gênero, naquele momento "palavras de ordem como "assumir-se" e "sair do armário" simbolizavam o anseio de tornar visível e fonte de orgulho o que até então era motivo de vergonha e vivido na clandestinidade" (SIMÕES, 2012, p. 118).

## **2.1 No Brasil**

No Brasil, os movimentos sociais surgem a partir da década de 1970, mas cabe aqui ressaltar que a luta antecede à exigências do reconhecimento dos direitos pelas minorias. Segundo Luz (2011), a diferença dos outros países do mundo onde a consolidação dos direitos individuais, políticos, sociais e coletivos se deu um após o outro, no Brasil, por tentar afirmar e consolidar tudo ao mesmo tempo, surge uma dificuldade de garantir o acesso à justiça para todos. Podemos observar na Era Vargas, com a promulgação da Constituição de 1934 uma preocupação de interesses políticos com os direitos sociais vinculados ao trabalho, que em 1943 adquirem força com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Mais tarde, entrariam como direitos sociais a liberdade de associação sindical e o direito à greve, últimas mudanças antes da ditadura

militar, que elaborou a Constituição de 1967 e os Atos Institucionais (AI-5) para normatizar a sociedade civil também de acordo com as suas necessidades políticas, como por exemplo, a eleição indireta do presidente, por meio de Colégio Eleitorais (LUZ, 2011).

É com a Constituição democrática de 1988 que os direitos civis, políticos e sociais ganham terreno, indicando a igualdade de todos perante a lei. Renova-se nesse momento a visão que reconheceria as desigualdades sociais existentes, garantindo com o direito à assistência jurídica gratuita pelo Estado a possibilidade do cidadão ter acesso à justiça. O conceito de sociedade civil começa a ser usado nessa transição política da ditadura militar para o estado democrático. É nesse período que os movimentos sociais de minoria tomam forma, associando o conceito de sociedade civil à "participação e organização da população civil do país, na luta contra o então regime militar, [...] voltada para a reivindicação de bens e direitos sociopolíticos negados" (GOHN, 2014) pelos mesmos. Este novo modelo alternativo de contestação aos valores e modelos de cidadania vigentes se expressa pelos movimentos sociais feminista, ambiental, o LGBTT, bem como o movimento negro (BOTELHO; SCHWARCZ, 2012, p.16)

O movimento homossexual, agora LGBTT, LGBTQ ou LGBTQI, nasce impulsionado com as intervenções artísticas e existenciais precursoras à época, como por exemplo, com o cantor Caetano Veloso e o grupo teatral Dzi Croquettes, que surpreendiam seu público ao utilizar vestuários andrógenos em seus espetáculos (BOTELHO; SZHWARCZ, 2012, p. 121). Em 1970, manifesta-se em conjunto com os movimentos populares do momento, estabelecendo parcerias pelas reivindicações sociais, sustentando-se no "tripé identidade, sexualidade e cidadania e buscou a identidade homossexual, o direito ao livre exercício das escolhas sexuais individuais e a autonomia do movimento homossexual" (ZANATTA, 2011). Os autores destacam também as duas iniciativas que surgem no final dos anos 1970, no Rio de Janeiro e em São Paulo respectivamente, são eles a criação do jornal Lampião e a constituição do SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual, inicialmente Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, primeiro grupo que continha uma politização das questões homossexuais. É a partir desse marco que começam a existir debates sobre a homossexualidade, formando-se outros grupos pela reivindicação dos direitos relacionados à livre orientação sexual e reunião com finalidades políticas de indivíduos que se reconheçam a partir de alguma das identidades sexuais tomadas como sujeitos do movimento (FACCHINI, 2003): o grupo Eros (SP) e o grupo Libertos, em Guarulhos

(SP), Somos, em Sorocaba (SP), o Grupo Lésbico Feminista (SP) o Beijo Livre, de Brasília - DF, o Grupo 3º Ato (MG), o Grupo de Afirmação Gay, de Caxias (RS) e Auê, (RJ)". (LUZ, 2011). A autora Regina Facchini (2003), em sua dissertação, divide o movimento em três momentos diferenciados, a primeira onda, correspondente ao surgimento e expansão do no período de "abertura" política no final da ditadura militar, enquadrado-o entre os movimentos sociais chamados de "alternativos" ou "libertários", de caráter antiautoritário e comunitarista, propondo transformações para esse conjunto com a sociedade. A segunda onda inicia na metade dos anos 1980 com a volta do regime democrático e surgimento da AIDS, associando-a ao movimento, chamada de "peste gay" e gerando um declínio no tocante à viabilidade de uma política de identidade homossexual no Brasil. O terceiro momento, aponta um reflorescimento do movimento, e a partir da metade de 1990, uma forte presença na mídia, participação em movimentos de direitos humanos e de resposta à epidemia da AIDS, vinculação a redes de associações internacionais de defesa de direitos humanos e direitos de gays e lésbicas, participações na formulação de políticas nos níveis federal, estadual e municipal, atuação em conjunto à agências estatais relacionadas aos temas DST/AIDS e Direitos Humanos, discussões e respostas em contraponto às organizações religiosas que excluía LGBTT, criação de associações de grupos/organizações em nível nacional e local, organizações de eventos de rua como a manifestação pelo dia do Orgulho Gay (São Paulo), com a participação de em média 500.000 pessoas.

Em abril de 1980, em São Paulo, que acontece o 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), uma reunião de grupos homossexuais e seus convidados - 200 pessoas compareceram -, e também o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO) - 600 pessoas compareceram. Nos anos de 1980, com a epidemia do HIV/AIDS no mundo e no Brasil, a homossexualidade volta a ser associada à uma doença, porém com o Estado democrático, novas formas de troca política foram estabelecidas com os grupos do movimento homossexual. O autor Simões (2012, p. 127), apresenta estes grupos com preocupações de aspecto formais de organização institucional frente a um novo cenário político de discussão agora com acesso às autoridades de saúde e os novos partidos políticos. São as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia, com muitas das lideranças do movimento voltando-se à luta contra a AIDS (FACCHINI, 2003). Campanhas específicas foram elaboradas para incluir a proibição de discriminação por "orientação sexual" durante a Assembléia Constituinte, gerando um debate positivo entre a comunidade científica a respeito do

consenso sobre o significado do termo e seu uso para incentivar o diálogo com a sociedade civil e com as diferenças (SIMÕES, 2012).

Simões (2012) ressalta ainda que no decorrer dos anos 1990 a atividade em conjunto do Estado e os grupos do movimento resultou na diversificação de grupos e a participação ativa de travestis e lésbicas, ampliando o movimento para LGBTT abrangendo assim todos os sujeitos. O “L” passa a vir primeiro em decorrência da luta das mulheres lésbicas, já dois fardos de minorias numa só, e os “TT” passam a representar o travestis e transexuais no movimento, gerando a mudança de siglas GLS e GLBT que antes o caracterizavam. As organizações não governamentais (ONGs), atualmente denominadas organizações da sociedade civil (OSC), também surgem nesta época, como caracterização dessa associação da sociedade civil com o Estado e a formalização institucional, "estabelecendo estruturas mais formais de organização internas e relatórios, preocupando-se com a "capacitação de quadros" para estabelecer relações mais duráveis com técnicos de agências governamentais e organismos internacionais" (SIMÕES, 2012, p. 127). Naquela mesma época a representatividade do Grupo Gay da Bahia (GGB) como vanguardista militante do movimento e também, a consolidação da maior instituição LGBTT no Brasil, fundada em 1995, a Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) ganharam destaque na cena (SIMÕES; FACCHINI, 2009 *apud* CORRÊA, 2015).

Recentemente, mais avanços nas políticas públicas dos direitos pela diversidade sexual e de gênero surtiram efeito:

o Programa Brasil sem Homofobia (2004), [...] o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNPCDH-LGBT) (2009), políticas públicas que garantem direitos de registro e uso de nome social, e união estável e casamento civil para casais do mesmo gênero no Supremo Tribunal Federal, entre outros (LUZ, 2011)

. O debate no Brasil é de caráter urgente, avaliou o Governo Federal, e com a parceria do movimento LGBTT, implementou o programa Brasil sem Homofobia (2004), relacionando o tema também à área educacional e criando o programa "Escola sem homofobia (2011)", que foi vetado por pressão da bancada religiosa. (TORRES, 2010, p. 40).

Para traçar um plano cronológico de conquistas de direitos LGBTT na política, elaboramos quadros que retrataram estes avanços na esfera nacional, estadual e

municipal. Baseado na pesquisa da autora Bruscato (2015) reestruturamos os episódios de acordo como ela nos relata e elaboramos as tabelas, a primeira apresentada a seguir:

**QUADRO 01 - Legislação e Políticas LGBT no Brasil.**

<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>Conteúdo</b>
Políticas Públicas	1977	Envolvimento do Brasil com a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.
Políticas Públicas	1980	Prevenção de apoio às vítimas de HIV/Aids, dentre elas os LGBT, considerada grupo de risco.
Políticas Públicas	1999	Conselho Federal de Psicologia proibiu psicólogos de tratar a homossexualidade como doença, seguindo diretrizes da Organização Mundial da Saúde.
Lei Federal	2001	O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) foi criado, marcando o início das reivindicações políticas não só na área da saúde e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, como também direitos humanos
Lei Federal	2004	O programa Brasil Sem Homofobia foi criado, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos.
Programa de Governo	2006	Fortalecimento e ampliação do programa Brasil Sem Homofobia, formalizando a entrada de demandas LGBT na agenda do Governo Federal.
Lei Federal	2007	O Sistema Único de Saúde (SUS) deve incluir a cirurgia de transgenitalização na sua lista de procedimentos.
Portaria	2008	É aprovada a Portaria nº 457/2008, sobre o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) de homem para mulher.
Conferência Nacional	2008	É chamada a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, pelo Governo.
Decreto Nacional	2009	Foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT), prometendo tratar a questão dos Direitos Humanos como política de Estado, englobando de maneira transversal ações que defende uma livre orientação sexual e identidade de

		gênero.
Ações PNPCDH	2010	Criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.
Decreto Nacional	2010	Foi emitido um decreto instituindo o Dia Nacional de Combate à Homofobia
Conferência Nacional	2011	A II Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais se deu nesse ano.
Decisão Supremo Tribunal Federal	2011	Reconhece a união estável pessoas do mesmo sexo à, tendo efeito em todo o território nacional e garantindo a casais em uniões homossexuais os mesmos direitos dos outros casais. O primeiro casamento civil entre pessoas do mesmo sexo do Brasil foi formalizado.
Portaria do Ministério da Justiça	2013	Ampliação da Portaria nº 457/2008 que passa a ofertar a cirurgia de mulher para homem.
Resolução Nacional	2013	O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que proíbe todos os cartórios em território nacional a se recusarem celebrar casamentos homossexuais. A adoção de crianças por casais homossexuais em união estável também é permitida por decisão judicial.
Resolução Nacional	2015	Uma resolução do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT garantiu o direito ao uso do nome social em instituições de ensino, assim como o direito ao uso do banheiro e de uniformes associados ao gênero com o qual o/a estudante se identifica.
Projeto de Lei nº 612/2017	2017	A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, aprovou o Projeto (PLS nº 612/2011) de iniciativa da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP), que legaliza a união estável homoafetiva e o casamento, ao promover alterações no Código Civil (Lei nº 10.462/2002). A discussão está no Plenário do Senado Federal, aguardando votação, tendo sido adiada já duas vezes, mesmo após a rejeição do requerimento para que fosse ouvida a Comissão de

		Direitos Humanos (CDH).
Decisão Supremo Tribunal de Justiça	2017	Decisão que transexuais tem direito a alterar no registro civil o seu gênero, sem necessidade de ter realizado a cirurgia.
Provimento	2017	O Conselho Nacional de Justiça, através do Provimento nº 63/2017, institui os novos modelos de certidão de nascimento, casamento e óbito, substituindo os campos de "pai" e "mãe" para "filiação".

Fonte: Elaborado pela autora com base em BRUSCATO, 2015; JULIA MOURA, 2017; SENADO FEDERAL, 2017, GOVERNO FEDERAL, 2015.

## 2.2 Em Porto Alegre

A história do movimento LGBTTT na cidade de Porto Alegre ganha relevância política e jurídica em 1982; com a lenta transição na redemocratização do país e na "abertura" política e o engajamento político de José Carlos "Zezinho" de Oliveira, através da candidatura à vereador nas eleições municipais trazendo o tema da homossexualidade para seu discurso. A campanha "Desobediência Civil", trazia três eixos principais: "1 – Anistia pra Maria; Pedro ama João, e daí?; 3 – Terra para quem nela trabalha". Em 1985, Glademir Antonio Lorensi, de Caxias do Sul, no RS, já se interessava por questões de organização da militância política e após conhecer em Porto Alegre, Luiz Carlos Krummenauer Rocha, conhecido como Frey Rocha, organizaram a visita do mesmo à cidade do caxiense. Rocha se candidatou em 1988 para deputado estadual e tinha como slogan de sua candidatura: "Qualquer maneira de amor vale a pena, o importante não é ser homo bi ou heterossexual, mas ser sexual. Cada um deve dar vazão a sua sexualidade da sua maneira, dentro da sua privacidade." (GOLIN, 2017, p. 12) .

Mais tarde, com a expansão do Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS (GAPA), em abril de 1989, a primeira ONG/AIDS no sul do país voltada ao acolhimento psicossocial e jurídico das pessoas atingidas pelo HIV (GAPA, 2017), em conjunto com a aprovação da Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Vivendo com HIV e AIDS, seguido do II Encontro Nacional de ONGs/Aids, na cidade, problematizou-se a discussão sobre a AIDS, esclarecendo sobre a doença e tratando desassociá-la da idéia

enraizada e preconceito sobre a promiscuidade dos homossexuais. Glademir Lorensi estava envolvido com esses militantes, e organizaram juntos o evento que contou com a presença de aproximadamente 40 ONGs, articulado pela ABIA, ARCA/ISER, GAPA/SP, GAPA/RS. Na Casa do Estudante (CEU), da UFRGS, Glademir participa de uma palestra sobre prevenção à AIDS e conhece Célio Golin, após esse encontro surge a idéia de construir um grupo para discutir sexualidades. Com a fundação do Movimento Homossexual Gaúcho, posteriormente, Nuances - Grupo Pela Livre Orientação Sexual - Construindo Cidadania, primeiro grupo LGBTT de Porto Alegre, que inicia suas atividades políticas em 1991, a bandeira LGBTT foi erguida promovendo diversas ações manifestações na rua, em lugares estratégicos de Porto Alegre, como o bairro Cidade baixa, frente a Olaria, em bares, como o GLS Ocidente, etc. As reuniões do grupo aconteciam na garagem da sede do GAPA/RS, na Rua Luiz Afonso, 234, na Cidade Baixa, sediando palestras e mostras de filmes para os poucos participantes que se reuniam. O processo do registro da Ata e do Estatuto social do grupo, em 1993, resultou num processo jurídico, ganho pelo grupo, iniciado pela negativa do oficial da Vara de Registros Públicos por duvidar sobre a legalidade da entidade e seus fins. O Nuances recebeu muitas correspondências para participar de trabalhos acadêmicos e orientar outros grupos na configuração e divulgação de novas organizações, entre outros assuntos, como solicitações de informações da atuação do grupo e cartas de caráter pessoal ao grupo, de agradecimento, e muitas vezes pedindo acolhimento. (GOLIN, 2017)

Os grupos SOMOS de Porto Alegre e SAFOS, vieram logo depois, um discutia políticas, estratégias e diversidade sexual, enquanto o outro, formada por mulheres feministas homossexuais ex- integrantes do SOMOS, exigiam discussões sobre relações afetivas e direitos relacionados à família (LUZ, 2011). Muitas outras instituições e grupos do movimento LGBTT se formaram no decorrer dos anos 1990 e 2000 na cidade, como por exemplo a Igualdade RS, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, participando ativamente desde sua fundação na luta pelos direitos dos "TT". Em 2002, estabelecem um convênio com o Ministério da Justiça, e dão início ao projeto "Direitos Iguais para Todos", realizando oficinas de cidadania e direitos humanos nos encontros que eram realizados semanalmente pela ONG. Essas oficinas capacitaram as travestis e transexuais como multiplicadoras em cidadania, aumentando suas próprias atitudes relacionadas à socialização e procura de direitos (BOER, 2003, p. 16).

No âmbito estadual há parcerias entre o Nuances e a Igualdade, como por exemplo, para a proposição e mais tarde aprovação da Lei Estadual nº 11.872/2002, que garante a liberdade de expressão sexual no Estado do Rio Grande do Sul. Em 2004, o reconhecimento das uniões estáveis nos cartórios de registro civil é validado, a partir de iniciativa do Nuances no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. o grupo já havia intervindo e realizado uma denúncia de discriminação por parte de um homossexual ao Ministério Público Federal, pela negativa de acesso aos direitos previdenciários junto ao INSS (GOLIN, 2017, p.22). Em 2006, o grupo Nuances cria através de financiamento pela Secretaria Especial de Direitos Humano, o Centro de Referência em Direitos Humanos 'Rompa o Silêncio', com objetivos de oferecer assessoria jurídica, psicológica e social às vítimas de discriminação. A produção de conhecimento do Centro se deu a partir de seminários, publicação de livros, pesquisa e formação continuada das/do profissionais do Centro (GOLIN, 2017, p. 26-27). Outro desataque para o Nuances foi a realização da primeira edição da Parada Livre, em 1997 e mais tarde o apoio financeiro da Coordenação da Livre Orientação Sexual da Prefeitura Municipal de Porto Alegre marcou o início de um trabalho em conjunto e o apoio político ao movimento na cidade. (GOLIN, 2017, p. 65).

Atualmente, a cidade de Porto Alegre tem elaborado políticas e executado ações através de leis e decretos, contra a discriminação sexual ou de gênero. Realizamos este quadro com base na autora Bruscato (2015), relatando o avanço na legislação da cidade:

**QUADRO 02 - Legislação e Políticas LGBT na cidade de Porto Alegre.**

<b>Tipo</b>	<b>Ano</b>	<b>Conteúdo</b>
Lei Municipal	2002	Proíbe estabelecimentos públicos ou privados de praticarem atos discriminatórios a uma pessoa em decorrência da sua orientação sexual, estando sujeitos a multa e/ou suspensão do alvará de funcionamento
Lei Municipal	2004	Foi instituído por lei o Dia da Visibilidade Lésbica.
Alteração da Lei nº 8.423/99	2004	Que previa educação anti-racismo e anti-discriminatória na rede municipal de ensino público, acrescentando ensino anti-discriminação de orientação sexual ao currículo.
Decreto Municipal nº 14962/05	2005	Cria-se o Grupo de Trabalho sobre Livre Orientação Sexual (GTLOS).

Conferência Municipal	2011	O prefeito convoca a 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT
Lei Municipal	2012	Criação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) e dentro dela a Secretaria Adjunta da Livre Orientação Sexual (SALOS), assumindo a organização do GTLOS e atendendo às demandas da população LGBT no município.
Lei Municipal	2015	Garante o direito do uso do nome social que consta na carteira regulamentada no Rio Grande do Sul. Assim, organizações públicas e privadas devem tratar com respeito e se dirigir às pessoas travestis e transexuais por seu nome social.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de BRUSCATO, 2015.

Há mais informações que optamos por não inserir neste trabalho para não fugir do assunto aqui tratado, porém destacamos além de Bruscato, o trabalho de Bruno Kauss e Renata Albernaz (2015), que discursam sobre a temática LGBTTT no direito, e nos mostram um panorama amplo e completo sobre a atual conjuntura jurídica.

### **2.3 A temática LGBTTT na produção científica da UFRGS disponibilizada no LUME**

Destacamos diversas ações universitárias, executadas por grupos de instituições de ensinos e de organizações privadas e públicas, que foram promovidas ao longo dos anos, e ressaltamos recentemente duas delas, ambas organizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como seguem: o Mês de Resistência à LGBTTFOBIA e a Semana da Diversidade Sexual da UFRGS. Esses eventos serviram como critérios de seleção da nossa amostra, que será explicada posteriormente no capítulo da Metodologia da pesquisa.

A UFRGS conta com diversos núcleos acadêmicos que tratam sobre a temática LGBTTT, desde apoios psicológicos como o Nupsex, serviços jurídicos gratuitos do Generalizando G-8 do SAJU, oferecidos à comunidade LGBTTT, e participação ativa da população acadêmica em semanas de mobilizações de apoio e discussão.

Percebemos que a universidade está inserida num contexto de lutas, e com isso investigamos a produção acadêmica existente na UFRGS referente ao movimento LGBTT de Porto Alegre.

A variedade de termos similares para se referir ao movimento de luta que surgiu em defesa da diversidade sexual e identidade de gênero, como explicaremos a seguir, se da devido às mudanças que no decorrer de alguns anos se produziram no nome e sigla do movimento social. Entendemos, assim, que todos os termos pesquisados e utilizados são de extrema relevância para uma quantificação significativa nesta pesquisa, aproximando os universos referentes ao mesmo assunto em discussão. Os termos pesquisados no repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Lume/UFRGS) que geraram resultados, e portanto decidimos listar, foram: "LGBT", "LGBTT", "LGBTQ" e "LGBTQI".

Num primeiro momento, a partir da pesquisa dos termos entendemos que alguns resultados encontrados nos campos descritivos referentes aos tipos de trabalho e formatos de arquivo não nos seriam úteis. Porém, com o desenvolvimento do trabalho, a integração dos resultados de pesquisa se tornou indispensável para entendermos a produção científica no todo.

Os dados coletados na pesquisa justificam em boa parte a realização do trabalho, já que é através de um tratamento dos mesmos que podemos observar claramente a produção científica da temática sob vários escopos. Decidimos dar visibilidade a alguns resultados e geramos a partir deles planilhas, tabelas, gráficos e formas estatísticas para condensar visualmente a informação.

A seguir, observa-se a tabela com os termos de busca "LGBT" e "LGBTT", assim como, o número de ocorrências por ano de cada uma e o total contabilizado entre ambas. Apesar de possuírem siglas diferentes por motivos explicados, os termos se referem ao mesmo assunto. São também referentes ao movimento da diversidade sexual e de identidade de gênero os termos "LGBTQ" e "LGBTQI", porém, optamos por retirá-los da contagem ao perceber que os resultados faziam parte também dos encontrados com uma das outras duas siglas, cumprindo o objetivo de registrá-los como fonte de pesquisa do movimento. As fontes são os documentos que dão o principal suporte para a pesquisa bibliográfica e de campo (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 159), portanto, os diversos tipos de documentos classificados como fontes de informação, para os autores, que foram encontrados como resultado no Lume/UFRGS foram considerados aqui.

Quantificamos as ocorrências dos termos LGBT/LGBTT por ano no Lume/UFRGS para podermos representar as informações e observar o crescimento que se deu em conjunto com às ações do Governo que citamos anteriormente.

**TABELA 01** - Ocorrências dos Termos LGBT/LGBTT por ano no Lume/UFRGS.

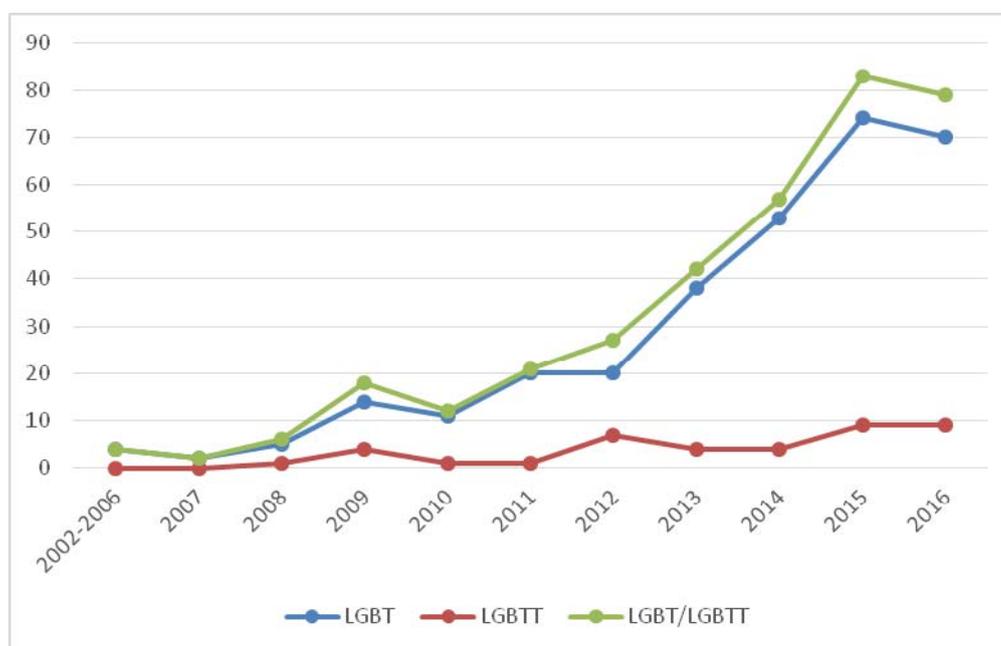
	2002-2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
<b>LGBT</b>	4	2	5	14	11	20	20	38	53	74	70	17	<b>328</b>
<b>LGBTT</b>	0	0	1	4	1	1	7	4	4	9	9	1	<b>41</b>
<b>LGBT/LGBTT</b>	4	2	6	18	12	21	27	42	57	83	79	18	<b>369</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do LUME/UFRGS em 2017.

Totalizamos ao longo dos anos 369 publicações de produções acadêmicas de ambos os termos LGBT/LGBTT no portal Lume da UFRGS, e discriminamos os números por cada ano para cada termo, inclusive os que foram produzidos até a data atual.

A seguir, apresentamos um gráfico de evolução temporal da produção científica da UFRGS no Lume:

**GRÁFICO 01** - Evolução temporal da produção científica da UFRGS no Lume recuperada pelos termos LGBT e LGBTT.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do LUME/UFRGS em 2017.

Podemos observar um salto significativo de 2011 em diante, tendo um ápice em 2015, chegando a 83 publicações nesse ano. Não colocamos o ano atual na evolução temporal pois não representa ainda a totalidade dos projetos para o ano o que deixaria o gráfico fora de configuração e com informações incompletas.

A seguir, podemos observar os diferentes tipos de trabalho que foram produzidos, demonstrando uma diversidade de produtos científicos e ampliando o entendimento da real necessidade de fontes primárias de informação para fomentar ainda mais o crescimento das produções acadêmicas, que organicamente já se deu.

**TABELA 02 - Ocorrência dos tipos de trabalho LGBT/LGBTB no Lume/UFRGS.**

<b>TIPO DE TRABALHO</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
Trabalho de conclusão de graduação	<b>120</b>
Dissertação	<b>73</b>
Tese	<b>65</b>
Artigo de periódico	<b>23</b>
Trabalho de conclusão de especialização	<b>21</b>
Livro	<b>13</b>
Resumo publicado em evento	<b>19</b>
Trabalho completo publicado em evento	<b>2</b>
Fascículo de periódico	<b>2</b>
Capítulo de livro	<b>2</b>
Anais de evento	<b>3</b>
Vídeo; Áudio; Fotografias	<b>5</b>
Texto de apresentação/encerramento	<b>3</b>
Relatório Técnico de pesquisa	<b>1</b>
Documentos Diversos	<b>1</b>
<b>TOTAL SEM REPETIÇÃO</b>	<b>353</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do LUME/UFRGS em 2017.

Uma vez pesquisados os termos, a partir da análise dos campos descritivos no Lume/UFRGS percebe-se que alguns grupos aparecem mais frequentes, enquanto outros diferem no tipo de trabalho e formato mais comuns de trabalhos acadêmicos. Referimo-nos especificamente às entrevistas (áudio e vídeo), imagens (fotografia),

trabalhos de resumo publicado em eventos (pôster e texto no formato *.pdf -Portable Document Format*) – em congressos, em encontros, nas pesquisas de extensão e iniciação científica.

Ainda falando sobre a diversidade dentro das produções acadêmicas, entramos nas Unidades Universitárias, destacando-se a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO), a Faculdade de Educação (FACED), o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e o Instituto de Psicologia, como maiores produtores acadêmicos publicados no Lume/UFRGS dentro da temática LGBT/LGBTB. Segue assim, a respectiva tabela de dados:

**TABELA 03** - Ocorrência dos trabalhos LGBT/LGBTB na Unidades Universitárias no Lume/UFRGS.

<b>UNIDADE UNIVERSITÁRIA</b>	<b>OCORRÊNCIA</b>
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	<b>58</b>
Faculdade de Educação	<b>46</b>
Instituto de Psicologia	<b>27</b>
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	<b>55</b>
Faculdade de Direito	<b>13</b>
Instituto de Letras	<b>11</b>
Escola de Enfermagem	<b>11</b>
Escola de Administração	<b>15</b>
Faculdade de Medicina	<b>7</b>
Instituto de Artes	<b>11</b>
Instituto de Geociências	<b>4</b>
Escola de Educação Física	<b>4</b>
Faculdade de Arquitetura	<b>1</b>
Faculdade de Ciências Econômicas	<b>5</b>
Instituto de Ciências Básicas da Saúde	<b>1</b>
Faculdade de Odontologia	<b>1</b>
Instituto de Física	<b>1</b>
Instituto de Biociências	<b>2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do LUME/UFRGS em 2017.

Com bases nessas informações, realizamos um último cruzamento dos dados, para analisar a produção das principais monografias de pesquisa produzidas na universidade. Através do programa Excel, classificamos todos os resultados de pesquisa

por unidade universitária, e a partir dessa classificação automática do próprio programa de organização de dados, selecionamos os tipos de documentos acadêmicos que procurávamos.

**TABELA 04** - Ocorrências dos tipos de trabalho LGBT/LGBTT no Lume/UFRGS nas Unidades Universitárias.

<b>UNIDADE UNIVERSITÁRIA</b>	<b>TCC - GRADUAÇÃO</b>	<b>TCC - ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>DISSERTAÇÃO</b>	<b>TESE</b>	<b>TOTAL</b>
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	46	1	5	6	<b>58</b>
Faculdade de Educação	5	7	16	18	<b>46</b>
Instituto de Psicologia	5	2	13	6	<b>26</b>
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	23		10	22	<b>55</b>
Faculdade de Direito	11		2		<b>13</b>
Instituto de Letras	8		2	1	<b>11</b>
Escola de Enfermagem	3		4	4	<b>11</b>
Escola de Administração	5	6	3	1	<b>15</b>
Faculdade de Medicina		4	2	1	<b>7</b>
Instituto de Artes	6		4	1	<b>11</b>
Instituto de Geociências			2	2	<b>4</b>
Escola de Educação Física	1		2		<b>3</b>
Faculdade de Arquitetura			1		<b>1</b>
Faculdade de Ciências Econômicas	1		2	2	<b>4</b>
Instituto de Ciências Básicas da Saúde			1		<b>1</b>
Faculdade de Odontologia	1				<b>1</b>
Instituto de Física				1	<b>1</b>
Instituto de Biociências	2				<b>2</b>
				<b>TOTAL</b>	<b>260</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do LUME/UFRGS em 2017.

Ao todo, contabilizamos 260 trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, entre as unidades universitárias identificadas nos resultados de pesquisa. Notamos que a FABICO possui 46 produções acadêmicas de trabalhos de conclusão de curso, a maior ocorrência de tipo de trabalho e unidade universitária. A temática LGBT relacionada aos meios de comunicação e informação é explícita, vemos a sua inserção na mídia diariamente, pode-se dizer pela força que as discussões que estão se dando na área vem adquirindo. Não é coincidentemente que adentrar a faculdade, percebemos a diversidade de pessoas que passam por lá, vemos jovens, estudantes e professores se

manifestarem com naturalidade para assuntos de diversidade sexual, sendo que muitas palestras sobre o tema já foram sediadas no local. Não tão distante no quesito de produções acadêmicas está o IFCH, contando com 23 trabalhos de conclusão de graduação, 10 dissertações de mestrado e 22 teses de doutorado, número nada surpreendente da mesma maneira por se tratar de cursos com a temática social, na teoria concebido para tratar com a interlocução da sociedade para com o meio e o respeito e igualdade dos direitos. A FACED conta com 16 dissertações e 18 teses, número elevado se comparado aos outros institutos, de produções acadêmicas de maior complexidade, além de 5 trabalhos de conclusão de graduação. Relacionamos o tema da diversidade sexual e de gênero à educação, por isso há uma quantidade significativa de trabalhos nessa unidade universitária. Debates e ações que dizem respeito a direitos sexuais, como por exemplo, o direito de adoção de crianças por casais homossexuais, geram questionamentos dentro e fora das escolas.

Com isso, observamos e comprovamos um crescimento significativo ao longo dos anos que englobam a diversidade de temas que o movimento LGBTTT pode ser associado, e ter uma conversa interdisciplinar, visto que há uma grande variedade de unidades universitárias e tipos de produções acadêmicas. Apresentamos um claro envolvimento da faculdade, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto na realização de eventos relativos ao movimento LGBTTT.

## 3 A FUNÇÃO SOCIAL DOS ARQUIVOS

### 3.1 Definições e funções

Há muita similaridade, quase unanimidade, na definição do que é arquivo para as legislações dos diferentes países. Segundo a legislação da França (1979), os

“documentos de arquivo, independentemente de data, suporte, forma ou local de conservação são aqueles solidariamente produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, acumulados e organizados em consequência dessas mesmas atividades, e conservados para eventuais usos futuros.” (DELMAS, 2010, p. 56).

No Brasil, pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências:

“Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.” (BRASIL, 1991)

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DBTA), é similar,

"Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Com a demanda das construções dos arquivos públicos a partir do século XIX, dois princípios básicos da arquivística foram concebidos, para organizar os volumes de documentos que se armazenavam, um por Natalis de Wailly, chefe no Arquivo Nacional da França, e outro pelos arquivistas holandeses: o princípio da proveniência, também chamado respeito aos fundos arquivísticos, e o de respeito à ordem original. Os arquivistas perceberam que deviam agrupar os documentos (conjuntos) e assim classificá-los, pois era a única maneira de preservar a sua ordem natural e orgânica. No DBTA (2005), fundo representa o "conjunto de documentos uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo(1)"

Portanto, esses fundos são compostos por conjuntos orgânicos de documentos classificados a partir de sua proveniência e da sua ordem interna natural, numa concepção mais específica, para a autora Heloísa Belloto:

"Arquivos são conjuntos orgânicos de documentos produzidos/recebidos/acumulados por um órgão público, uma organização privada ou uma pessoa, no curso de suas atividades, independentemente do seu suporte, e que, passada sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados, podem ser preservados, por seu valor informativo, para fins de pesquisa científica ou testemunho sociocultural" (BELLOTO, 2002)

Percebemos que os arquivos não englobam a totalidade dos documentos nas instituições, como os documentos não-orgânicos de caráter bibliográfico, museológico, científico, artístico, etc, acumulados com propósitos específicos. Esses acervos, ou seja, a "totalidade dos documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora" (ARQUIVO NACIONAL, 2005), podem ser o mistos, não de caráter exclusivamente arquivístico reunidas de maneira orgânica, mas também colecionadas por critérios de interesse, acumulados de forma intencional. Uma coleção, portanto, é definida como um: "conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente" (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Heloísa Belloto (2002) indica que os registros de documentos arquivísticos são constituídos por elementos internos, intermediários (para alguns autores) e externos, resumidamente, a estrutura (física) e a substância (intelectual). Os elemento externos tem a ver com o físico, tanto do local de armazenamento como do próprio documento, sua forma e gênero. "Esses elementos são: espaço, volume, suporte, formato, forma e gênero" (p. 24). Os elementos internos concernem ao intelectual e conteúdo, são eles "procedência, as funções/atividades relacionadas ao documento, a natureza do tema, o grau de concentração da informação, as datas tópica e cronológica" (p. 24). Os intermediários são "espécie, tipo e a categoria documental" (p. 27). Todos estes elemento caracterizam o documento e fornecem informações sobre a gênese, trâmite e uso e guarda. A autora distingue as categorias documentais em três, mais utilizadas em instituições públicas podendo ser: dispositivos, testemunhais e informativos.

No nosso trabalho optamos por trabalhar com as categorias apresentadas no "Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos" do Arquivo Nacional (1985) por simplificar a classificação dos conjuntos em quatro categorias base: técnica, administrativa, contábil-financeira e de

peçoal. Apresentam assim a variedade de espécies documentais que podem ser associadas às categorias de natureza dos documentos encontrados nos arquivos:

- documentação técnica: relatórios, pareceres, fotografias, filmes, estudos, projetos, análises, avaliações, mapas, plantas, gráficos, prospecções, tabelas, projeções, documentos de teste, documentos de avaliação e medida, etc.;
- documentação administrativa: processos, atas, cartas, cópias de cartas, memorandos, mensagens, circulares, notas, relatórios, telegramas, despachos, estatutos, regulamentos, instruções, notificações, recomendações, ofícios, resoluções, registros, etc.;
- documentação contábil-financeira: livros-caixa, registro de compras, registro de faturas, faturas, notas, notas de empenho, notas de prestação de serviço, livro-razão ou razão, ações, aceites, apólices, seguros, certidões, certificados de depósitos bancários, extratos bancários, certificados de compras, notas de compras, certificados de incorporação, certificados de registro, cheques, citações, contas, contratos, debêntures, editais, escrituras, guias de transporte, balanços, balancetes, lucros e perdas, hipotecas, laudos de inspeção, laudos de auditoria, lista de cargas, lista de pagamentos, lista de preços, lista de tributos, pareceres, propostas, quitações, recibos em geral, requisições, saques, títulos, etc.;
- documentação de pessoal: fichas cadastrais, certidões certificados, boletins de pessoal, diplomas, contrato de trabalho, currículos, boletins de serviço, formulários (férias, gratificações e pagamentos), requerimentos, guias médicas, licenças, abonos, processos de aposentadoria, livros de frequência, cartões de ponto, etc. (ARQUIVO NACIONAL, 1985, p. 19)

Belloto (2002) também cita a autora canadense, Louise Gagnon-Arguin (1998), que relaciona mais a empresas produtoras e acumuladoras no âmbito do direito privado, sem desconsiderar as públicas e nomeia outras categorias na natureza documental. Como "documentos constitutivos; de reunião; de direção; de recursos humanos e relações de trabalho; de comunicação; contábeis e financeiros; jurídicos (p. 29). São eles:

- 1) documentos constitutivos: cartas-patente, estatutos da constituição, certificados da constituição, declaração de matrícula, regulamentos gerais, contrato social, livro da companhia e seus registros;
- 2) documentos de reunião: aviso de convocação, ordem do dia/pauta, ata, resolução e documentos circunstanciais atinentes aos assuntos discutidos na reunião;
- 3) documentos de direção: plano de negócios, plano estratégico, políticas, diretiva, organograma e relatório anual;
- 4) documentos de recursos humanos e relações de trabalho: descrição do cargo, manual de serviço, perfil de exigências do cargo, oferta de emprego, avaliação de rendimento, contrato de trabalho individual, certificado de trabalho, atestado, convenção e livro de ingresso;
- 5) documentos de comunicação: carta/ofício, press-release/ comunicado à imprensa, memorando/nota, relatório, jornal interno, folhetos publicitários/filipetas, plano de comunicação, plano de marketing, estudo de mercado e livro de ouro;
- 6) documentos contábeis e financeiros: requisição de mercadoria, especificação da mercadoria/nota fiscal, conhecimento, fatura, cheque/letra de câmbio, extrato bancário, diário, balanço, balancete, plano contábil, orçamento, subvenção e declaração fiscal;

7) documentos jurídicos: notificação, certificado de invenção, certificado de direito de autor, certificado de marca de comércio, certificado de desenho industrial, contrato de empresa ou de serviços, contrato de seguro, contrato de aluguel, contrato de venda, contrato de empréstimo de dinheiro, hipoteca e outros. (BELLOTO, 2002, p.30)

Os documentos arquivísticos possuem qualidades que atestam a sua força probatória, são eles: imparcialidade (em sua criação), autenticidade (nos procedimentos), naturalidade (na acumulação), organicidade (em seu relacionamento com os outros documentos do conjunto), unicidade (no conjunto) (BELLOTO, 2002, p. 25).

Bruno Delmas, arquivista francês, indica que todo documento de arquivo possui qualidades de ser necessário, pessoal e preservado, e que cada elemento é único porque individual sendo cada um o porta voz da execução de uma ação específica. No seu livro, podemos ver exemplificados os diferentes usos dos arquivos e uma série de apontamentos que estes servem como utilidades básicas de qualquer sociedade: “provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária; lembrar-se é uma utilidade de gestão; compreender é uma utilidade científica de conhecimento; identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social” (DELMAS, 2010, p. 21). Notamos que é diariamente através das histórias das instituições e suas marcas, que somos influenciados em diversos aspectos em nossas vidas, sejam eles econômicos, culturais, sociais. São os seus arquivos que apresentam toda a constituição histórica e administrativa das organizações e o seu significado, podendo este ser repensado ou não, os registros estarão lá, garantindo direitos, gerando informações no presente para tomadas de decisão conscientes, disponíveis para estudos científicos e preservando a memória do passado. Os arquivos, portanto, estão ou são a própria gênese da própria organização ou instituição, cabendo a esta gerenciar os documentos que produz e irá produzir em decorrência de suas atividades. Eliminar os documentos sem critérios é destruir a origem, o desenvolvimento e toda a história que conta a organização através de seus acervos.

Indica a autora Heloísa Belloto (2012), que o objetivo da arquivística é possibilitar o acesso à informação específica armazenada nos documentos, chamada de informação arquivística. Esta informação tem dois lados - ou um ciclo -, um de cunho administrativo e jurídico, que atua no funcionamento das atividades e nos processos de tomada de decisão das organizações públicas e privadas e das pessoas; e outro histórico e social, onde a informação contida nos documentos de arquivo é tida como suporte da

história, fonte de estudos e pesquisa para criticar e explicar as sociedades passadas, permitindo a transmissão cultural entre as gerações. A autora também diferencia os documentos utilizados para a gestão administrativa e com validade jurídica, considerados de valor primário; após concluir o seu objetivo de criação, é destinado ao descarte ou atribuído a ele um valor secundário informativo e de testemunho histórico e social.

Ainda para Belloto (2012), documentos de arquivo são considerados testemunhos da vida de uma instituição, como podemos ver na reflexão apresentada: “Informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações [...] estão registradas nos arquivos”, e quando corretamente gerenciados resultam num testemunho sócio-cultural associado à comunidade, formando opiniões favoráveis e causando um sentimento de pertencimento

Para Fugueras (2003, p. 200), os arquivos são patrimônio, considerando os seus valores informativos, culturais e científicos, guardando a memória, reforçando identidades e produzindo conhecimento. Necessitamos garantir a preservação dos arquivos como fontes de memória e conseqüentemente, das suas características essenciais nos conjuntos documentais. É devido a isso que as estratégias de recolhimentos de acervos patrimoniais de empresas privadas, de entidades, de associações e de personalidades, são essenciais para fomentar o patrimônio documental nacional de estudo e investigação.

Os arquivos possuem como função principal servir de prova para garantir os demais direitos humanos, logo, o acesso à informação é um requisito base para as pessoas. Além de reconhecido como direito por diversas instituições, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso à informação possui instrumentos legais nos países democráticos, inclusive no Brasil (MENDEL, 2008, p. 10 *apud* COELHO, 2017).

Com base em Sonia Troitiño (2016), para podermos compreender os nossos objetos de pesquisa e reconhecer a sua constituição enquanto arquivo precisávamos conhecer a sua organização documental, estabelecendo critérios para a contextualização histórico e administrativa (proveniência) e contextualização informacional da organização de documentos (ordem natural). Suas recomendações se deram para a transferência de acervos pessoais para instituições públicas, onde a avaliação e valorização desses acervos se tornam necessárias. A autora estabelece critérios para sua contextualização como fundos arquivísticos, são eles:

"1) proveniência; 2) completude enquanto conjunto orgânico de documentos ou de informações; 3) caracterizações das espécies e tipos documentais; 4) conteúdos informacionais; 5) histórico do titular ou a história administrativa que o impregna; e 6) a história arquivística" (TROITIÑO, 2016).

A classificação é fundamentada no princípio de proveniência e do princípio de respeito à ordem original e requer o estudo do contexto de produção documental para representar as ações da entidade produtora e o vínculo arquivístico dos documentos. Para isso, a autora aponta a identificação documental como encarregada de subsidiar a metodologia de reconhecimento do valor do fundo documental.

Dessa forma, ao pensar na preservação de arquivos pessoais [...], deve ser levada em conta a origem da documentação, os modos de produção e acumulação dos documentos, a trajetória do acervo e a diversidade tipológica dos registros. (RODRIGUES, 2008 *apud* TROITIÑO, 2016).

### 3.2 A função social

Os arquivos possuem uma função social por natureza, sendo seu objetivo maior o acesso aos arquivos, que estão ali como prova das ações e atividades das organizações públicas e privadas, assim como das pessoas. Atrelada aos arquivos está a função social dos próprios arquivistas e instituições arquivísticas, "como agentes e órgãos de uma dada administração, aos quais é delegada a responsabilidade de **gestão e acesso** a tais registros, através de procedimento técnicos específicos" (JARDIM; FONSECA, ,p. 126).

A gestão dos documentos, nas pautas correntes na área arquivística, é um

"conjunto de técnicas e de procedimentos orientados a resolver a organização dos documentos enquanto são necessários para a condução das atividades e dos assuntos próprios das organizações, concluindo sua atividade uma vez que são selecionados para sua conservação perpétua" (MUNDET, 2011, **tradução nossa**).

Fazem parte e resultados da gestão de documentos o plano de classificação e a tabela de temporalidade, instrumentos de organização do arquivo corrente e intermediário para posterior eliminação ou preservação.

Podemos notar na Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA) aprovada na assembléia geral do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) - *International Council on Archives (ICA)*, realizada em 17 de setembro de 2010, durante a 42ª CITRA,

conferência internacional sobre arquivos, em Oslo (Noruega), o consenso de que os arquivos:

"Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida" (CIA, 2010).

Junto às mudanças da sociedade os arquivos precisam ser adaptados constantemente, desde a forma de produção à de acesso, para que assim possam continuar exercendo esse papel social de detentor da memória individual e coletiva das sociedades.

A partir de 1970, nota-se a preocupação, em conjunto com o surgimento dos movimentos sociais em contrapor a memória oficial instituída pela ditadura. A partir da publicação de memórias de indivíduos e grupos militantes, enfatizavam suas ações e representações de desigualdades e mobilizações de luta. A formação desses acervos está associada às tarefas individuais de reunir e conservar registros realizadas pelos militantes ligados aos movimentos sociais (SCHMIDT *et al*, 2009), tarefa indissociável de seu propósito pois, quem mais se preocuparia em preservar essa história de lutas na versão não-oficial?

Luciana Heymann, em seu trabalho apresentado em seminário, nos traz a história de uma liderança negra, chamada Dona Maria Raimunda Araújo, ou mais conhecida como Mundinha. Seu interesse em acumular seu arquivo pessoal e adquirir itens resultou na construção da biblioteca Eugênio Araújo, com livros e documentos que retratam o movimento negro no Maranhão. Em uma de suas falas Mundinha ressalta a necessidade de "*reafirmar a importância da memória como um elemento significativo na construção da cidadania brasileira*" (HEYMANN, 2005). Para a autora essa ação de acumular é uma tentativa de preservação da memória e da identidade, trazendo também os quesitos que determinam a relevância social dos acervos para serem considerados para investimentos políticos e financeiros.

No caso do movimento LGBTTT, a título de exemplo desta pesquisa, sabemos da existência de documentos no âmbito público relacionados especificamente ao movimento, tramitando nos organismos judiciários e administrativos, do uso do nome social e retificação do registro civil. Este ano, transexuais passam a ter direito à

alteração do nome civil sem a necessidade de cirurgia de ter realizado a cirurgia, conquista para o movimento (STJ, 2017). Podemos observar que:

Cada novo grupo que se constitui busca o seu reconhecimento no espaço público, produzindo efeitos significativos sobre os modos como a sociedade como um todo se percebe. Nesse processo, termina-se por produzir o reconhecimento da relevância social daquilo que antes, muitas vezes, era mesmo invisível. (HEYMANN, 2005)

Esses processos tem um caráter social de afirmação de identidades e também de garantidores de direitos delas. Também podemos citar como fontes de informações arquivísticas os as estatísticas fornecidas pelo IBGE e os canais de denúncia de violência disponíveis para a população LGBTTT inclusive as fonte utilizadas para gerar os relatórios sobre violência, por exemplo: Disque 100 da SDH, o Ligue 180 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Ouvidoria do SUS do Ministério da Saúde. Não podemos deixar de citar os acervos pessoais de militantes colaboradores de algumas instituições, lembrando que o acesso aos arquivos pessoais dependem exclusivamente da autorização expressa do produtor de documentos, seja uma instituição privada, uma pessoa ou documentos públicos referentes à vida privada e íntima, pois tem garantia de sigilo por direito regulada pela Lei de Acesso à Informação nº 8.159.

Em São Paulo, foi criado por meio do Decreto 58.075, de 25 de maio de 2012, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, o Museu da Diversidade Sexual (MDS), ou também, Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual do Estado de São Paulo. Suas atribuições consistem em:

- I - Garantir a preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBT brasileira, através da coleta, organização e disponibilização pública de referenciais materiais e imateriais;
- II - Pesquisar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da comunidade LGBT brasileira e, em especial, paulista;
- III - Valorizar a importância da diversidade sexual na construção social, econômica e cultural do Estado de São Paulo e do Brasil;
- IV - Publicar e divulgar documentos e depoimentos referentes à memória e à história política, econômica, social e cultural da comunidade LGBT e sua interface com o Estado de São Paulo. (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2012)

Preocupados em preservar o patrimônio social, político, econômico e cultural da comunidade LGBTTT do Brasil, o governo de São Paulo amplia seus equipamentos culturais criando o MDS, com a finalidade de difusão cultural, atividade fim da Secretaria da Cultura. O MDS atua pela preservação, pesquisa, valorização e

comunicação desse patrimônio “com vistas à valorização e visibilidade da diversidade sexual, contribuindo para a educação e promoção da cidadania plena e de uma cultura em direitos humanos. [...]”. Busca em seus resultados, “[...] Estabelecer um espaço de convivência, manutenção da memória da população LGBT e potencializar estudos acerca da diversidade sexual (MDS, 2017)”.

Podemos ver na prática, apresentado por Elaine Zanatta (1996), o desenvolvimento do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) - Centro de Pesquisa e Documentação Social (IFCH-UNICAMP), enquanto fonte de pesquisa e guarda de diversos fundos documentais, memória do movimento homossexual no Brasil. Com acesso livre para consulta, possui fundos relacionados às atividades administrativas, junto a jornais, revistas nacionais e estrangeiras, livros, folhetos, cartazes e fitas de áudio cassete. Disponibiliza também os trabalhos acadêmicos concluídos a partir da documentação, assim como sumários temáticos da revista *Journal of Homosexuality* que podem ser acessados para consulta na Biblioteca do IFCH. A partir deste artigo, encontramos referência para apresentar os diferentes fundos documentais das organizações pesquisadas demonstrando a similaridade na natureza dos acervos com os encontrados no Arquivo Edgard Leuenroth, bem como reafirmar os seus potenciais como fontes de pesquisa.

Em Goiás, foi realizada a organização, classificação e descrição do acervo arquivístico de 5.000 documentos da ONG Ipê Rosa (1995), numa parceria entre o Cidaqr (Centro de Informação, Documentação e Arquivo), o Ser-tão (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade) da UFG (Universidade Federal de Goiás) e a ONG, "visando contribuir para a análise da história e da dinâmica de atuação do movimento LGBT no estado de Goiás" (CIDARQ, 2017). O acervo está em grande parte disponibilizado para acesso online na página web do Cidarq.

A socialização, ou, função de difusão dos arquivos está completamente atrelada ao profissional arquivista, uma vez que os arquivos por si só não se divulgam nem se atualizam. Os arquivos necessitam de um processo organizado de produção, seleção e conservação, para assim poderem ser utilizados e difundidos. Portanto é função profissional e social do arquivista lidar com as novas tecnologias e conseguir adaptar e garantir o acesso dos cidadãos a tais arquivos bem como a preservação dos mesmos. No paradigma emergente pós-custodial, na arquivologia, concebido por Terry Cook e desenvolvido por outros autores, como Silva e Ribeiro, citado por diversos dos autores lidos, o profissional arquivista não é mais o detentor e guardião do acervo pronto, e sim

ator na sua produção e disseminação. O arquivo passa a ser compreendido do viés patrimonialista, tecnicista e histórico para o científico, informacional e pós-custodial.

Por outro lado são responsáveis pela gestão desses arquivos, como observamos na DUA, todos os “cidadãos, gestores e autoridades públicas, proprietários ou detentores de arquivo públicos ou privados, arquivistas e outros profissionais do campo da informação” (CIA, 2010). Todo cidadão é responsável pelo seu arquivo pessoal, podendo este contribuir para a construção coletiva e social quando de interesse público, já que "constituem fonte valiosas de pesquisa por serem capazes de refletir aspectos da realidade social não contemplados por fundos institucionais" (TROIÑO, 2016), estes formulados nas normas do direito administrativo segundo a autora. Heymann destaca em seu trabalho que são as "lutas sociais, políticas, culturais, identitárias e outras" que afirmam e também modificam os "critérios de reconhecimentos de relevância social de acervos documentais" (HEYMANN, 2005).

É necessário destacar que a função profissional de gestão do arquivista difere da mesma responsabilidade social de todos os cidadãos, já que o arquivista emprega a teoria e métodos da área para formular uma gestão adequada nas instituições públicas e privadas, de natureza física ou jurídica. São instrumentos já de uso abrangente pelos arquivistas, e de caráter obrigatório nas instituições públicas, os planos de classificação e as tabelas de temporalidade, permitindo a gestão dos documentos e selecionando a informação de caráter permanente. O auxílio de outros profissionais qualificados, como da ciência e tecnologia da informação são colaborações indispensáveis na formulação de um sistema de gestão de informação. No Brasil, a maioria das instituições públicas e privadas, através de seus gestores e funcionários, desconhece das práticas e recomendações arquivísticas do CONARQ ou da própria função dos arquivistas, muitas vezes carecendo da aplicação de uma gestão documental fundamentada em conhecimentos científicos e metodológicos.

Dessa forma, segundo Guterres (2010) perde-se a essência do acervo institucional, fragmentando a memória e conseqüentemente entregando o patrimônio documental brasileiro ao esquecimento previsível. Políticas públicas se fazem necessárias para garantir uma conscientização da necessidade de uma gestão de documentos -informação- analógica e digital adequada, bem como o problema da perda dos acervos que cada vez mais, como falado anteriormente, são esquecidos. O caso da ditadura militar brasileira é um exemplo disso, recente e parcialmente esquecida pela população, uma vez que a Comissão da Verdade, mesmo instituída, acabou por não

julgar e condenar os militares que atentaram contra os direitos humanos de milhares de cidadãos brasileiros de diversos movimentos sociais, inclusive o LGBTT. O autor Guterres (2010) traz ainda uma reflexão sobre o papel das políticas públicas nos arquivos e sua implementação, e retoma a importância de “criar canais de comunicação abertos com a missão de compartilhar conhecimento arquivístico e elaborar manuais de rotinas de arquivos” (GUTERRES, 2010).

## 4 METODOLOGIA

Este trabalho teve como proposta pesquisar e analisar a situação dos arquivos pertencentes ao movimento LGBTT em Porto Alegre; se este grupo possui arquivos e como se dá essa formação.

Com base neste objetivo, determinamos que tipo de pesquisa seria realizada; no nosso caso, e de acordo à classificação que Antônio Carlos Gil (2002) atribui às diferentes pesquisas, foi exploratória, formulada para o aprimoramento de idéias, e é construída envolvendo "levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão" (GIL, 2002).

O delineamento da pesquisa envolve o planejamento da pesquisa no todo, sua previsão de análise e interpretação de coleta de dados. O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Distinguem-se dois grupos de delineamento: os de fontes documentais e fontes testemunhais. No primeiro está a pesquisa bibliográfica e a documental. No segundo, a pesquisa experimental, a ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso.

O estudo de caso "tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e conseqüências práticas dos conhecimentos" (GIL, 2008, p. 27). A abordagem utilizada neste trabalho foi de cunho qualitativo, na forma de estudo de caso, para que se pudesse refletir com determinada profundidade nos dados coletados. Segundo o autor, a pesquisa deve ser realizada contemplando as etapas a seguir, não necessariamente na ordem exposta abaixo:

- a) formulação do problema ou das questões de pesquisa;
- b) definição das unidades-caso;
- c) seleção dos casos;
- d) elaboração do protocolo;
- e) coleta de dados;
- f) análise e interpretação dos dados;
- g) redação do relatório.

Para coletar os dados necessários para a execução desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pessoas específicas do movimento LGBTT, representantes de grupos, instituições públicas e privadas, selecionados

previamente. Os autores Quivy e Campenhoudt (1998) apontam que as leituras e entrevistas exploratórias auxiliam na construção da problemática de investigação. Tivemos a oportunidade de colher informações ricas sobre seus arquivos, tanto pelo contato direto com algum membro representante e seus testemunhos orais, como pela observação dos acervos e também das informações que disponibilizadas para consulta.

Com as entrevistas semi-estruturadas foi possível levantar questões relacionadas à origem, organização e funcionamento da entidade produtora de documentos, onde os entrevistados contaram com um espaço para narrar o contexto de proveniência. Para elaboração do questionário utilizado para observação pessoal nas entrevistas foi utilizado como referência o anexo I do “Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos” (ANEXO A) do Arquivo Nacional. O adequamos às nossas necessidades de coleta de dados e propomos itens relacionados ao contexto documental do acervo, ou seja, do tratamento (se ocorreu ou não) e características do acervo.

Realizamos uma pesquisa inicial no portal de trabalhos acadêmicos da faculdade (SABI/UFRGS) e a partir de um tratamento de dados pudemos comprovar o crescimento da produção documental acadêmica na área LGBTT em diversos institutos da faculdade. Demonstramos a relevância deste trabalho, uma vez que essas fontes acadêmicas, primárias ou secundárias, também foram elaboradas a partir de um estudo de acervos e seus documentos, e neste trabalho, nos propomos a analisar como essa documentação foi e é produzida, podendo servir como fonte de pesquisa.

Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTT de Porto Alegre, optamos por destacar grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017. Também realizou-se uma pesquisa informal na internet que indicou outros grupos a serem incluídos neste trabalho, assim como, ouvimos diversas pessoas no decorrer do trabalho que indicaram nomes de instituições que fazem parte do movimento LGBTT as quais agregaram e constituíram a pesquisa. Distinguimos o coletivo Conexão Diversidade, o Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED) /UFRGS , o G8-Generalizando (Direitos Sexuais e de Gênero) do Serviço de Apoio Jurídico (SAJU)/UFRGS, o Centro de Referência em

Direitos Humanos: Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH/NUPSEX), as organizações Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade, Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual, Liga Brasileira de Lésicabs (LBL), Igualdade RS, Homens Trans em Ação (HTA), a ONG Outra Visão, o grupo Desobedeça, o curso popular gratuito Trans ENEM POA e o órgão público de Coordenadoria da Diversidade Sexual, Diretoria de Direitos Humanos e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social (SMDS) da cidade de Porto Alegre. Entrevistamos seis desses grupos no trabalho, que responderam aos e-mails e concordaram em realizar uma entrevista para falar sobre os acervos.

## **5 OS ACERVOS DO MOVIMENTO LGBT EM PORTO ALEGRE**

A partir das unidades que foram selecionadas todas foram contatadas por e-mail ou redes sociais, das quais obtemos retorno da metade. As que contatamos e obtivemos retorno foram convidadas para participarem deste trabalho a partir de uma entrevista. Realizamos seis entrevistas com organizações LGBTTT da cidade de Porto Alegre, foram elas: Somos, Liga Brasileira de Lésbicas, Igualdade RS, Homem Trans em Ação (HTA), Outra Visão e G8-Generalizando da UFRGS. As entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados e da instituição, seguindo um questionário semi-estruturado para coleta dos dados (APÊNDICE A).

Nossos objetivos foram identificar os acervos do movimento LGBTTT de Porto Alegre, especificamente, entender como se dá a produção, gestão, uso, difusão, guarda e preservação desses. Para tal, realizamos perguntas que nos permitissem analisar o contexto histórico-administrativo das instituições e o contexto arquivístico, o local de armazenamento do acervo, quais são os tipos e espécies de documentos produzidos e acumulados, quais são os métodos de organização utilizados, quais as políticas de acesso e difusão do acervo, e também, quais são as políticas de preservação e custódia.

### **5.1 Somos**

#### **1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO**

O Somos - Comunicação, Saúde e Sexualidade, surgiu em 2001, formado por profissionais que vieram de ONGs de luta contra a AIDS e do movimento LGBTTT da cidade, maioria ligados a comunicação. Atuando sempre no recorte de Direitos humanos com ênfase em direitos sexuais e direitos reprodutivos, passaram a abranger diversas áreas a partir da diversificação dos perfis dos voluntários que atuavam em conjunto.

#### **2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO**

##### **A - NATUREZA DO ACERVO**

O acervo é de natureza arquivística e de coleção. Começou a se originar a partir de aquisições que era vindas por meio de projetos que possibilitavam comprar livros,

dvds, vhs. A organização realizou taxação (clipping) de matérias relacionadas aos temas de trabalho, mapeando os jornais durante um bom tempo. A temática do acervo contém documentos relativos às ações executadas pelo grupo, de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, há materiais informativos de diversos tipos produzidos pela própria organização ou por organizações parceiras. Diferenciamos a documentação financeira, técnica, contábil e de pessoal na administração da ONG.

## B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

A organização do acervo foi realizada de maneira intuitiva. Uma profissional de arquivologia compôs o quadro administrativo na organização, mesmo não participando na concepção de um modelo de organização para o arquivo.

Quando houve uma transição do centro de referências (CRAT) que haviam criado para centro de documentação (CEDOC), tiveram a experiência de conhecer o Centro de Documentação da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) no Rio de Janeiro. O centro foi fundado em 1987 e conta com registro de diversos tipos de materiais como boletins, anais de eventos, cartilhas, cartazes, livros mais antigos, retratando desde o início o histórico da epidemia da AIDS no Brasil, tudo disponibilizado para consulta pública. Inspiraram-se nele para constituir o CEDOC, preocupando-se com a maneira que seriam catalogados os documentos, tendo percebido tal preocupação e regras de normatização no ABIA.

Há internamente um sistema de descrição de documentos, que era utilizado como base de dados para disponibilização online na página web do CEDOC.

## C - ACESSO E DIFUSÃO

A ONG Somos criou o Centro de Referência Adelmo Turra (CRAT). Adelmo Turra foi um militante da luta contra AIDS, ligado ao GAPPA e como ele tinha muita proximidade com o SOMOS o centro de referências foi batizado com seu nome. Em 2008/09 perceberam que o que estavam constituindo como biblioteca e como espaço de documentação era na verdade um centro de documentação e não de referência. E foi rebatizado para Centro de Documentação Adelmo Turra (CEDOC). O perfil do CEDOC é temático, especializado em direitos humanos e em diversidade sexual.

A questão do conhecimento e fomento à difusão do mesmo sempre foi uma questão de preocupação do grupo Somos, presente nos seus projetos resultando no lançamento de alguma publicação, filme ou aquisição de mais bens desse tipo. Também

foi criado por um voluntário da TI uma ferramenta virtual de busca e catalogação da informação, disponibilizada no site, que já não se encontra mais no ar.

#### D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

Em 2011 a sustentabilidade financeira da organização foi abalada uma vez que dependiam do financiamento público e apoio financeiro para constituir e manter o acervo. Isso acarretou na entrega de uma casa onde se encontrava todo o acervo, a biblioteca para consulta e retirada com vhs e dvds, onde já haviam sofrido um roubo de dvds. Vários serviços considerados importantes para a população que eram disponibilizados de forma gratuita porém com bastante ônus para a instituição no sentido de quadro funcional da biblioteca (estagiários e bibliotecário responsável) tiveram que ser cortados devido ao orçamento, sendo encerrado o CEDOC. Por um ano o acervo e mobiliário se manteve fechado num guarda móveis até conseguir um novo espaço em 2012, que foi o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS, onde poucas coisas foram levadas, o reto continuando sem acesso e guardado.

Em 2014 conseguiram um novo espaço, gigantesco, a intenção era que no local funcionasse um centro de documentação e biblioteca compartilhada entre algumas instituições e pra uma das salas foi levado o acervo completo para ser tratado. Porém, 15 dias depois, o local fora interditado pelos bombeiros, pois o prédio cedido pela prefeitura não possuía um Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI).

O acervo ficou sem poder ser acessado durante alguns meses, e após liberado o acesso, retiraram o essencial para que a ONG continuasse a funcionar no local atual, e aos poucos parte do acervo foi transladada.

Constava até o último levantamento em 2.000 itens, entre livros, filmes em vhs e dvd, materiais informativos. Sempre manter um número de peças produzidas no acervo, 10 livros, 10 folhetos, 10 unidades. Perspectivas de como manter um acervo e ter a história registrada documentada.

Atualmente, foi cogitado e está em fase de tratativas a doação do acervo da instituição para a Faculdade de Rio Grande (FURG), que demonstrou interesse em recebê-lo.

## **5.2 Liga Brasileira de Lésbicas - RS**

### **1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO**

A Liga Brasileira de Lésbicas foi criada em 2003 na cidade de Porto Alegre, e surge numa Oficina de Visibilidade Lésbica realizada no III Fórum Social Mundial, contando com a participação de mulheres lésbicas e bissexuais de vários estados e partes do mundo. É um movimento não institucional de atuação em grupos nacionais, e que de acordo à sua carta de princípios, luta pela garantia efetiva e cotidiana da livre orientação e expressão afetivo-sexual.

Os encontros e reuniões da LBL na cidade de Porto Alegre eram realizados nas casas das participantes, locais públicos e no mesmo local onde hoje se encontram a ONG Somos e Igualdade RS. Atualmente carece de uma sede própria em Porto Alegre, tendo diminuído sua atuação devido à falta de participantes ativos do movimento.

### **2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO**

#### **A - NATUREZA DO ACERVO**

Contendo documentos em suporte físico e digital o acervo da LBL-RS se encontra fracionado por seus anos de caráter itinerante e plural. Identificamos na nossa entrevista a existência de documentação de natureza técnica, administrativa, contábil-financeira e de pessoal. São os tipos citados as fotografias, materiais de conferências e oficinas, projetos, prestações de contas atas e relatos de reuniões, certificados de participação de oficinas, quadros informativos, vídeos, sites, e-mail, materiais gráficos de impressão e distribuição como boletins informativos, a própria carta de princípios, cartilhas e banners.

#### **B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO**

O acervo não possui métodos de organização e sim uma motivação de caráter pessoal da nossa entrevistada, que é atual custodiadora de grande parte dele. Separadas em pastas no seu computador pessoal e classificadas por ano, estão separadas fotografias dos encontros e algumas atas de reuniões realizadas em formato digital. Há um conjunto documental de projetos separados em pastas individuais, estes sendo muito utilizados para obter financiamento público para obtenção de verbas para realização de

jornadas com seminários, debates, oficinas, apresentações e impressão de materiais gráficos.

### C - ACESSO E DIFUSÃO

Atualmente o acervo pode ser contemplado parcialmente através da internet, em vídeos no canal do grupo no Youtube, contando com a publicação de seminário realizado em parceria com a Frente Parlamentar de Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra As Mulheres, sobre o eixo 9 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Enfrentando o Machismo, o Racismo e a Lesbofobia. Também nesse canal há vídeos de reuniões, encontros, outros seminários, participações em eventos, comemorações e chamada para participação em eventos.

A LBL-RS criou sites, ou melhor blogs, para acompanhar mais de perto o trabalho que elas realizam; tem o blog do coletivo, o de saúde lésbica e também os blogs das marchas de lésbicas de POA, todos ainda online na internet, porém sem atualizações.

O acervo está atualmente fechado para consulta, e parte dele se encontra com algumas participantes do coletivo, como foi o caso de nossa entrevistada. São utilizados materiais quando solicitados para alguma exposição, principalmente banners. Cabe aqui ressaltar que mais do que materiais gráficos são produtos de ações que atestam os passos do movimento, registradas muitas vezes nesses banners e cartilhas.

### D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

A preocupação da atual custodiadora e responsável pela guarda da maior parte do acervo da LBL-RS, é que ele se mantenha vivo através de atuação e mobilidade de novas mulheres que entrarão no movimento. No seu local de trabalho, os documentos estão guardados em caixas de papelão dentro de pastas, ali encontramos os certificados, os projetos e parte do material gráfico em quantidade significativa como os informativos e a carta de princípios. Em outras caixas se encontra acondicionado o restante do material gráfico impresso, são cartilhas comemorativas, divulgação da Parada Livre e Marcha Lésbica, da vigília Luzes da Cidadania, da Jornada Lésbica Feminista, eventos realizados em Porto Alegre contando com a participação da LBL-RS. Os banners são depositados em outra sala, há em média uns dez ou mais pelo que foi observado, alocados de pé permanecem ali atestando a história e junto com o restante do acervo sob os cuidados de alguém que se responsabilizou temporariamente

por ele, sabendo que não há um destino que possa ser dado ainda para preservar a longo prazo. Há possibilidades de adicionar ao acervo da LBL-RS, o fundo pessoal de uma participante que faleceu recentemente e estava muito inserida na luta do movimento, que sua memória e a do movimento se mantenham vivas através da história que contam os arquivos.

### **5.3 Igualdade RS**

#### **1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO**

A Igualdade RS - Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul foi fundada em 1999, configura-se juridicamente como ONG e há 18 anos faz parte do movimento LGBTTT da cidade, especificamente no tocante à busca pela afirmação das travestis e transexuais, sendo sua atual presidenta Marcelly Malta. Mais forte do que a luta pelos direitos é a luta pela existência, e através da Igualdade RS, a população travesti e transexual passa a se manifestar e autoafirmar, de forma institucionalizada. Trabalhando na defesa e promoção à saúde e cidadania dos transexuais, tanto mulheres quanto homens, é uma organização aberta ao acolhimentos de todas as populações. A Igualdade RS adota a bandeira do movimento trans, tendo sido utilizada anteriormente a bandeira do arco-íris, que representava todo o movimento LGBTTT. A ONG adotou a borboleta como seu símbolo, representante do processo de transformação da lagarta para a borboleta assemelhado à transformação que as travestis e transexuais passam.

A entidade inicia-se nas reuniões quinzenais que aconteciam no GAPA/RS (Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul, no Núcleo de Ação e Estudos da Prostituição), frequentado por grupos de profissionais do sexo, travestis e transexuais, de diversos pontos da cidade, onde se discutiam "formas de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis -DST e AIDS, violência, preconceito e cidadania" (BOER, 2003, p. 9). Como disse nossa entrevistada, Maga, integrante do grupo quase desde seu início, as travestis foram as protagonistas da história para afirmação da população que reúne além delas, transexuais de ambos os gêneros. Apoiadas pelo GAPA, criaram um grupo próprio que seria o caminho para discutir esses assuntos próprios de quem sofria a violência não só nas ruas no exercício da atividade profissional, da cidadania e também na discriminação e preconceito diário fora e dentro de casa.

Em 2004 ganham o primeiro espaço físico, sendo que desde sua formação participavam ativamente de eventos sobre o tema, tanto como participantes, como colaboradoras e organizadoras. Pudemos notar essa participação através das fotos nas paredes da sede atual, bem como nas narrativas encontradas no livro idealizado pela ONG, chamado "A batalha pela igualdade: a prostituição de travestis em Porto Alegre", e organizado por Alexandre Boer com base em documentos encontrados em reportagens, entrevistas e outras fontes. Para Porto Alegre, trouxeram o terceiro encontro nacional da Rede Nacional de Travestis (RENATA), realizado em 2000 com apoio de políticos, dos órgãos públicos do município e do estado. Nesse encontro, foi redigido a carta de princípios e o Estatuto da Associação Nacional de Travestis - ANTRA, a Igualdade é nomeada através de sua representante para ser suplente da Secretária Geral, nos relata Boer no livro que conta a trajetória da instituição. A trajetória do grupo é de grande relevância social e política para as conquistas das travestis e transexuais.

## 2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

### A - NATUREZA DO ACERVO

O acervo é constituído por diversos tipos de documentos tanto em suportes físicos quanto digitais. Pudemos observar um pequeno armário com material bibliográfico no canto da sala, utilizado como referência pela instituição. Há documentação administrativa, técnica, contábil-financeira e de pessoal. Diversas são as espécies e tipos documentais que compõem o arquivo da instituição, citamos grande quantidade de fotografias, o estatuto, atas para projetos financiados, pesquisas universitárias impressas sobre a instituição, cartas (maioria dirigidas à Marcelly e guardadas no seu acervo pessoal), listas de frequências, listas de controle de distribuição de insumos (camisinhas e lubrificantes disponibilizados gratuitamente), prestações de contas de projetos, notas de passagens aéreas, fichas cadastrais, produção de conteúdo, como, livro, banners e cartilhas de informações (HIV, nome social e processo de retificação de nome), que retratam os 18 anos do movimento trans na cidade. Também contam com documentos digitais como cartilhas (materiais de campanha digitais do movimento trans), vídeos pessoais sobre a instituição, as pesquisas universitárias em formato digital, filme, e-mails, fotografias, e de acesso virtual, site, página e postagens informativas no Facebook, vídeos de participações em programas e seminários assim como o filme, num canal institucional no Youtube.

## B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Existem alguns métodos de organização que podemos observar, na sua maioria relativos à projetos e prestações, documentos de criação guardados num armário com tranca, trabalhos universitários impressos, toda a documentação separada em pastas ou caixas contendo os conjuntos de documentos e alocados em armários de metal. As fotografias estão separadas em caixas à vulso ou em álbuns e nas paredes do local, porém não há uma catalogação das mesmas.

## C - ACESSO E DIFUSÃO

A ONG disponibiliza o seu acervo para consulta externa, tendo servido como fonte de documentos para pesquisas acadêmicas e projetos. Contam com muito orgulho da exposição de fotografias de Fabio Rebelo, com apoio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas - PNUD Brasil, que resultou numa mostra de 19 imagens ampliadas exibidas em Porto Alegre inaugurada no Dia Nacional da Visibilidade Trans. A exposição teve tamanha importância que foi levada Brasília. Atualmente, há um grupo da faculdade de Design produzindo uma série de postagens que serão lançados no Facebook, criando conteúdo para a página nas redes sociais e difundido o acervo através das referências utilizadas. No Youtube, canal de comunicação de mídia em vídeo, está disponibilizado o filme produzido pela ONG, "Aos olhos da vida somos todos iguais", e outros vídeos, de participação em eventos, comemorações, entrevistas, entre outros.

## D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

A Igualdade RS iniciou com uma pasta debaixo do braço, como disse nossa entrevistada, momento em que a preocupação com a documentação não era a prioridade. Porém, pudemos observar a preocupação eminente com a guarda das fotografias, rico acervo que já serviu de fonte para estudo, como os projetos realizados e analisados em outra pesquisa acadêmica, do curso de História. No momento, não existem políticas de preservação e a custódia da documentação se encontra sob responsabilidade da instituição. Há um porém, que é a ordem de despejo do atual local que receberam da Prefeitura Municipal, e cabe a nós perguntar o que será desse rico acervo que retrata a história municipal de um grupo de influência nacional na luta pelos direitos das travestis e transexuais?

## **5.4 Homem Trans em Ação**

### **1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO**

O coletivo Homem Trans em Ação (HTA) foi criado no final de 2016, início de 2017, e partiu da iniciativa e já militância de um dos seus membros fundadores. De gestão horizontal, todos os membros são responsáveis por igual. São realizadas reuniões, confraternizações e eventos no formato de oficinas (workshop), através da Adriana Souza, vinculada ao governo, hoje exonerada, um evento de formação voltado à políticos, e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Semana da Diversidade, devido à já proximidade e vinculação de um de nossos entrevistados com o programa de pós-graduação em comunicação. Orientam outros trans, oferecendo cards estratégicos de orientação sobre o processo de início de transição, indicam clínicas, como realizar o processo de nome social, entre outras informações e materiais de dúvidas recorrentes do movimento LGBTTT acolhendo a população de diversas maneiras. Também atuaram, em outras demandas, por exemplo, numa mobilização frente aos gestores públicos para agilizar o acesso ao Programa de Identidade de Gênero (Protig). Atualmente, como não possui uma sede própria, as reuniões acontecem nas casas dos membros.

### **2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO**

#### **A - NATUREZA DO ACERVO**

Na sua maior parte o acervo está composto por documentos em suporte digital, porém há alguns físicos. Dentre as espécies e tipos documentais citamos as atas de reuniões em suporte físico; no digital, materiais informativos em cards e cartilhas produzidos especificamente para a população trans. Também fotografias, formulários de demandas, atas de reuniões, formulários do Protig, violência na escola, gráficos, apresentações e materiais de referência (“biblioteca” virtual de textos).

#### **B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO**

Na sua maioria, o acervo está armazenado em pastas na nuvem, especificamente no Google Drive, onde são separados e armazenados por espécies de documentos, já citadas anteriormente.

### C - ACESSO E DIFUSÃO

O acesso ao acervo está liberado para qualquer membro do coletivo, porém não ao público externo, e se dá por meio da plataforma virtual de nuvem no Google Drive. Devido à recente formação do coletivo, suas ações de difusão se baseiam na maior parte através da página no Facebook, divulgando cartilhas produzidas, convidando para eventos próprios do movimento trans ou de outros.

### D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

Por enquanto não há um projeto de preservação da documentação, uma vez que ela está sendo acumulada organicamente através das ações realizadas pelo grupo em diversos âmbitos. Há uma preocupação na guarda da documentação e de referências, através do Drive e de um pendrive, visando uma custódia realizada horizontalmente pelos membros do coletivo.

## 5.5 Outra Visão

### 1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO

Inspirado no Nuances - Grupo pela Livre Expressão Sexual, cuja preocupação maior era proporcionar informação à população LGBTTT, procuravam se diferenciar através da linha de atuação direito e visibilidade. Em cena desde 1999, se institucionaliza como ONG em 2003 passando a procurar os financiamentos de editais e projetos e firmando contratos com o Governo Federal e a ONU. Envolveram-se em diversos projetos no decorrer de sua atuação, como nos contou sua coordenadora Priscila Leote, e em 2008 obtiveram recursos financeiros da ONU, destacando em seus projetos a importância da militância lésbica. A partir desse recurso puderam alugar uma sala e montar a sede da organização, na rua Venâncio Aires. Após perderem o recurso e tiveram que entregar a sede sendo realização de projetos dificultada pela falta de verbas. Como ressaltou a coordenadora do grupo, atualmente a preocupação do grupo é com questões de visibilidade e formação. Desde 2010 estão sem CNPJ, impossibilitando de realizar algumas atuações, porém como o grupo está envolvido em projetos de apoio à pesquisa e visibilidade não se fez necessária a atualização cadastral. Ainda realizam eventos de visibilidade lésbica, com apoio do clube noturno Venezianos. O evento "Role de todas as minas" foi vinculado com a Parada Livre, realizado de maneira

autônoma sem o apoio financeiro da Prefeitura Municipal. A coordenadora do grupo destacou que segundo o jornal Sul 21, foram contabilizadas 30 mil pessoas participantes da Parada deste ano.

## 2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

### A - NATUREZA DO ACERVO

O acervo se constitui em documentos analógicos e digitais. Na entrevista pudemos diferenciar a existência de documentação de natureza técnica, administrativa e contábil-financeira. Estão compostos basicamente pelas seguintes espécies documentais, são elas: pôsteres, projetos, prestações de contas, fotografias, postais, banners, registros de serviços, estatuto e atas de reunião.

### B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Os projetos realizados pela instituição foram divididos em pastas, reproduzidos em 3 vias, contendo toda a documentação física necessária para a pré-produção e prestações de contas.

### C - ACESSO E DIFUSÃO

Muitos documentos se encontram nas casas de integrantes do grupo, impossibilitando desta maneira um acesso direto e livre ao acervo da organização. Tem um blog de informação compartilhada (Somos Nuances), que era alimentado com conteúdos produzidos ou compartilhados pelo grupo. O grupo atualmente participa em projetos de formação acadêmica, abrindo espaço para o diálogo com a comunidade de pesquisadores. Por sua vez, existe a questão da limitação de acesso ao seu acervo como citado anteriormente.

### D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

Atualmente a questão de preservação da documentação está atrelada à guarda pela necessidade jurídica relativa à projetos financiados. Os responsáveis pela sua custódia e guarda são os membros do grupo, sendo que partes do acervo estão depositado em diversos locais, como suas residências.

## 5.6 G8-Generalizando

### 1) CONTEXTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO

O Grupo 8-Generalizando, foi instituído em 2006 pelo Serviço de Assistência Jurídica da UFRGS (SAJU-UFRGS), formado há 60 anos e contando em sua composição atual com 20 ou mais grupos. Inicialmente cuidando de ações relacionadas a mulheres e violência doméstica, da Lei Maria da Penha.

A partir das demandas jurídicas da população, passaram a abarcar questões de direitos sexuais e de gênero. O foco de atuação é principalmente na assessoria e assistência jurídica. A junção de G8-Generalizando se deu a partir dos membros similares que compunham o grupo jurídico (G8) e o grupo de estudos (Generalizando), bem como sua similaridade nas questões de estudo e assistência. Atualmente a sede do grupo é na Faculdade de Direito da UFRGS, e está aberto ao público todas as sextas-feiras, das 14h às 18h, com marcação de horário; suas reuniões acontecem no mesmo dia.

### 2) CONTEXTO ARQUIVÍSTICO

#### A - NATUREZA DO ACERVO

De natureza jurídica, conta com arquivos no formato analógico e digital. A partir da nossa entrevista, destacamos a documentação física de pessoal, documentos processuais em andamento; a documentação no formato digital são petições, ofícios, materiais de registro audiovisuais, conjunto de e-mails, fonte rica de documentação, ata de reuniões, documentos processuais, registros fotográficos, participação de eventos, intervenções, premiações e outros eventos, áudio de participação em rádio, textos, livros, toda a acumulação de 10 anos de atuação do grupo.

#### B- MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Os processos físicos estão organizados por nome de assistido em pastas. No Dropbox são armazenados questões mais teóricas de utilização do grupo como textos, livros e artigos referentes as temáticas para referência. Encontra-se documentos de arquivo no Google Drive, outro espaço na nuvem para armazenar documentos. Lá são armazenados registros e listas, modelos de petição, modelos de formulários de cadastro inicial para assessoria.

### C - ACESSO E DIFUSÃO

O acesso à documentação é para os membros do grupo exclusivamente no tocante às partes dos processos, informação de caráter sigilosa. O drive é também de uso comum para todos, inclusive de membros já desligados do grupo. Porém a divulgação dos seus acervos, uma variedade bem grande de registros, principalmente audiovisuais e bibliográficos, não é frequente, pois às atividades principais do grupos são levar a cabo os processos jurídicos, compondo e protocolando processos.

### D - PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E GUARDA

A documentação é guardada num armário de madeira fechado. Antigamente havia problemas de estrutura que danificavam alguns documentos, como a entrada de água na sala. Os membros da organização e da faculdade realizaram a manutenção do espaço, realocando a documentação das caixas de papelão e colocando-a em armários diretamente, trazendo com isso uma percepção da importância de ter um local adequado para a guarda do acervo.

## **5.7 Análise**

Como parte da formação dos acervos analisamos o contexto histórico-administrativo das organizações para podermos compreender suas ações e atuações no movimento LGBTT, e a partir disso a sua produção e acumulação orgânica de documentos. Logo, executamos o processamento das informações coletadas para apresentar o contexto arquivístico da organização. Com isso pudemos realizar um breve estudo abarcando a natureza dos acervos, seus métodos de organização, o acesso e a difusão e a preservação, custódia e guarda.

Sobre a natureza dos acervos pesquisados, demonstramos que dois são só arquivos e quatro possuem coleções; todos em suportes analógicos e digitais; observamos e diferenciamos o conteúdo da documentação:

QUADRO 3 - Natureza do conteúdo do acervo

Grupo	Documentação arquivística				Outros
	Técnica	Administrativa	Contábil- financeira	Pessoal	Coleção
Somos	X	X	X	X	X
LBL	X	X	X	X	
Igualdade RS	X	X	X	X	X
HTA	X	X			X
Outra Visão	X	X	X		
G8-Generalizando	X	X		X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa demonstrou a existência de acervos que além de funções administrativas exercem uma função social reforçando para as próprias organizações a sua relevância enquanto memória. No levantamento da organização Igualdade RS, por exemplo, percebe-se a existência de um grande acervo de fotografias. Notamos que quanto mais atuante a organização mais documentos produz para o movimento social. Há filmes, livros, demonstrando a variedade de desdobramentos que os documentos podem vir a ter. Nesse sentido, algumas ONGs entendem a importância do seu acervo e os potenciais para divulgação que possuem. Também conhecemos as pessoas que participaram ativamente do movimento, sendo os acervos documentais que comprovam a história e registram os atos de cada organização do movimento.

As organizações independem do caráter institucional para produzir e acumular documentos e coleções, e são a partir dessas informações encontradas nos seus documentos que temos a possibilidade de traçar um histórico de lutas do movimento. O conteúdo desses acervos é indispensável para tal, pois é a partir deles que temos acesso à fotografias, vídeos, boletins, clipping, jornais informativos, banners, projetos realizados, participantes dos movimentos, pesquisas, livros e textos de referências, entre outros tipos de documentos e coleções encontradas a partir desta pesquisa. Esses fundos temáticos são campos para pesquisa acadêmicas constituídos de fontes primárias de informações, extremamente valiosas e únicas.

Damos a devida importância aos questionários e formulários realizados, coletados e guardados por essas organizações, dados que irão compor, ou já fazem parte, de estudos para diferentes áreas. Trazemos como exemplo de utilização a aplicação de um questionário em adolescentes de escola pública que serviu para a

elaboração de uma pesquisa sobre taxas de suicídio ou tentativa na população jovem LGBTTT, realizado pelos autores Fernando Teixeira-Filho e Carina Marretto.

Também como exemplo, o Grupo Gay da Bahia, fundado pelo antropólogo Luiz Mott, que há 38 anos vem se preocupando em elaborar relatórios e apresentar publicamente dados (não-oficiais mas divulgados) sobre a violência sofrida pelo movimento LGBTTT. Recentemente foi divulgado o duro relatório de pessoas LGBTTT mortas no Brasil, resultado de 445 pessoas, uma a cada 19 horas. Destacamos os trechos seguintes:

Em 2017, além dos 387 homicídios de LGBT+, registramos a ocorrência de 58 suicídios no Brasil onde a homotransfobia certamente foi elemento constitutivo destas mortes trágicas, sendo 33 gays, 15 lésbicas, 7 trans e 3 bissexuais. Sete suicidas estavam na faixa etária de 14-19 anos, 13 entre 20-29 anos e 6, de 30-36 anos, população marcadamente jovem, portanto. Alguns deixaram cartas denunciando o sofrimento motivado pela sua homotranssexualidade, outros chegaram a gravar vídeo nas redes sociais anunciando sua morte. (GGB, 2018)

Mott propõe soluções que podem ser tomadas para erradicar esses crimes contra a população LGBTTT:

Educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos dos LGBT;  
 Aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo;  
 Políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT;  
 Exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos;  
 E finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação. (GGB, 2018)

Nesse quesito, há necessidade do Governo se responsabilizar e gerar dados oficiais, que atestem e comprovem os crimes de ódio sofridos pela população LGBTTT no Brasil, e se não, que os grupos se apoderem destas pesquisas, realizando cada vez mais coletas de dados, para pressionar os governantes de atitudes que devem ser tomadas. Somente quando novas maneiras de comunicação sejam estabelecidas, surgirão como meios de pressão e demanda da sociedade civil de grupos de minorias e apoiadores, podendo mobilizar também nas redes sociais e juntar assinaturas para exigir essas demandas.

Dando continuidade à nossa análise, observamos os métodos de organização dos acervos, se algum era empregado, e quais eram os critérios para classificação da documentação. Notamos que os processos de classificação eram intuitivos, de forma

que nenhum grupo continha um plano de classificação adequado para a documentação produzida, porém destacamos a preocupação dos membros em manter algumas lógicas de organização, principalmente para projetos financiados, mantendo-os em conjuntos documentais. A utilização de sistemas, como é no caso do Somos, demonstra que um acervo que possui uma sistematização de suas informações, mesmo que não utilizadas como catálogo de pesquisa, tem uma noção dos tipos documentais existentes, podendo facilitar na hora de disponibilizar os documentos para pesquisa ou para as tratativas de doação do acervo posteriormente. Há diferentes formas de organização desses acervos, mas é necessário destacar a carência de metodologias arquivísticas com maneira de valorização dos acervos e sua utilização na educação da sociedade para o respeito ao próximo.

QUADRO 4 - Métodos de organização

Grupo	Método de organização		Tipos	
	Sim	Não	Analógico	Digital
Somos	X		X	X
LBL	X		X	X
Igualdade RS	X		X	X
HTA	X		X	X
Outra Visão	X		X	X
G8-Generalizando	X		X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

Analisamos também as condições de acesso e a difusão ao acervo, sendo permitido o acesso direto para membros das organizações tanto para os arquivos analógicos como digitais, e mediante autorização como solicitado para realizar este trabalho, através do contato com os custodiadores do acervo. A difusão de parte dos acervos, na sua maioria audiovisuais, é realizada no meio digital, uma vez que é o canal mais próximo de comunicação das organizações com a sociedade. Todas possuem página no Facebook, a maioria possui site oficial e canal no Youtube. Uma das organizações foi responsável pela realização de um livro contendo entrevistas e pesquisa documental, além da produção de um filme. Quase todas produziram materiais informativos em diversos formatos analógicos e digitais, muitos disponíveis para consulta na internet através dos canais de comunicação digitais.

Algumas das organizações foram chamadas para realizar exposições a partir de parte de seus acervos, como fotografias e banners, no caso da Igualdade RS e LBL. Também alguns seminários e cursos foram realizados, ministrados e com apresentações dos participantes dos grupos, essas formas de trabalho em colaboração direta com a sociedade, pode significar uma oportunidade de gerar receita através do conhecimento.

QUADRO 5 - Acesso e difusão nos acervos

Grupo	Acesso		Difusão	
	Sim	Não	Analógico	Digital
Somos	X		X	X
LBL	X		X	X
Igualdade RS	X		X	X
HTA	X			X
Outra Visão	X		X	X
G8-Generalizando	X			X

Fonte: Elaborado pela autora.

Para finalizar nossa análise procuramos compreender como estão configuradas a preservação, custódia e guarda nos acervos. Notamos que todas as organizações tem preocupações básicas relativas à seu acervo para a preservação, mesmo em alguns casos a custódia e guarda da documentação estar sendo realizados por membros das organizações. O grupo Somos estaria em tratativas para doação de seu acervo, de em média 2.000 documentos, uma vez que há dificuldade e carência de verbas para a sua organização, classificação e descrição. Há uma dificuldade em acessar os acervos em alguns casos devido a dispersão da documentação ou indisponibilidade de um local, ou sede, para realizar consultas. Percebe-se relevância de um conteúdo possível de ser estudado para gerar resultados nos quesitos das pesquisas e educação, e um local disponível para além de representar fisicamente a organização também servir como apoio à pessoas no fortalecimento das suas identidades sexuais e de gênero. Já observamos que o movimento LGBTTT, atualmente possui um “número crescente de pesquisas comparativas e da ampliação das bases teóricas que fundamentam os estudos sobre formulação, legitimação, gestão, implementação e avaliação de políticas públicas” (MELLO *et al.*, 2012) na área. A responsabilidade de salvaguardar a memória do movimento é dos membros participantes, da sociedade civil num todo e também do

Estado. Para Sampaio e Araújo Jr. (2006; 2003b *apud* MELLO *et al.*, 2012) O diálogo entre os três é fundamental, porém o respaldo teórico, fortalecido através de pesquisas e de valorização dos acervos, assim como a formulação de programas e ações em conjunto, para estudar os andamento e resultados das propostas faz a diferença na implementação.

Trazemos o exemplo da Rede Portuguesa de Arquivos, a RPA, que tem como objetivo principal divulgar o seu patrimônio arquivístico, tornando-o acessível ao cidadão. A rede abarca diversos acervos portugueses, públicos e privados, que representam a memória coletiva e identidade comum. O requisito e maior desafio para poder acrescentar arquivos à rede é “promover a qualificação dos sistemas de arquivo das entidades envolvidas, através da implementação de normas e de boas práticas de gestão; mas também a promoção de uma melhor articulação e inter-relacionamento entre essas mesmas entidades” (RPA, 2018). Entendemos que para os acervos LGBTTT, uma sistematização conjunta das informações resultaria numa melhora na disponibilização dos serviços e acesso aos arquivos.

QUADRO 6 - Preservação, custódia e guarda

Grupo	Preservação		Custódia		Guarda	
	Sim	Não	Organização	Membros	Sede	Outros
Somos	X		X		X	
LBL	X			X		X
Igualdade RS	X		X	X	X	X
HTA	X			X		X
Outra Visão	X			X		X
G8-Generalizando	X		X		X	

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe a percepção do movimento LGBTTT de que “gupos sociais e organizações da sociedade civil podem se responsabilizar pela execução de políticas públicas, especialmente quando também participem de sua formulação, sob supervisão de órgãos governamentais” (MELLO *et al.*, 2012). O firmamento de um diálogo estabelecido através do conhecimento, com a participação de agentes sociais, treinados e participantes ativos do movimento. Cada vez mais vemos nascer estudos que dão força para criticar e discutir as ações que são tomadas pelo governo sem uma gestão e

planejamento adequados. São elas nascidas das necessidades e demandas dos grupos ou são fruto de um plano político para angariar votos? Reforçamos a necessidade de “implementação das políticas, com uma explícita definição de prazos, atores responsáveis e recursos necessários, num cenário social marcado por disputas ideológicas e escassez financeira” (MELLO *et al.*, 2012), onde o movimento LGBTTT se insira nas questões de ordem político-econômico-sociais, exigindo o cumprimento de leis, decretos e metas estabelecidas cuja viabilidade de execução hoje resulta inoperante.

## 6 CONCLUSÃO

O trabalho que inspirou para chegarmos nesta pesquisa foi o da autora Zanata, que como comentando aqui apresenta brevemente em seu artigo os acervos classificados e descritos do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Centro de Pesquisa e Documentação Social, do IFCH da Unicamp. Percebemos que muitas organizações do movimento social LGBTTT, como o Triângulo Rosa, Grupo Somos, Outra Coisa e Turma OK, doaram seus acervos para a Instituição da Universidade Estadual de Campinas, que atualmente é o contém o maior acervo em História Social do Brasil. O AEL recebe visitas frequentemente, tanto para conhecer o acervo como para pesquisas no mesmo, também existe o instrumento de pesquisa online, que auxilia na busca prévia de documentos que poderão ser úteis. Assim como a inspiração para realizar esta pesquisa foi o trabalho da autora citada, pensamos que outros poderão encontrar inspiração a partir deste. Percebemos como este trabalho despertou o interesse das pessoas sobre a área da Arquivologia, relacionando-a a um tema de caráter inédito na própria área, que é o movimento LGBTTT. Ainda não havia sido pesquisado este assunto no curso de Arquivologia da UFRGS, e com este trabalho pudemos demonstrar a importância dos documentos e dos acervos para as instituições não somente LGBTTT, mas todas as instituições de ordem privada cujos acervos tem potenciais de prestar funções para com a sociedade.

No primeiro capítulo, explicamos como se deu o movimento LGBTTT no Brasil e em Porto Alegre, evidenciando as questões políticas, jurídicas e sociais que formaram o cenário cultural desde a época do fortalecimento do movimento até os dias atuais. Também apresentamos um levantamento de dados processados das produções científicas, que demonstram o envolvimento da UFRGS no debate sobre o movimento social LGBTTT ligado às mais diversas questões; a faculdade como lugar de ensino e pesquisa, e como lugar de conscientização e fortalecimento do movimento no quesito de argumentação. Com a análise das produções acadêmicas, principalmente as encontradas na FABICO, no IFCH e na FACED, comprovamos a relevância dos acervos para as pesquisas acadêmicas, também percebendo neste levantamento que é um movimento social crescente que tem muito que ser debatido, produzindo cada vez mais documentos acadêmicos e de organizações sociais.

No segundo capítulo, nos preocupamos em demonstrar como os arquivos estão compostos e como eles podem exercer uma função social através das suas informações. Especificamos como essa função se configura nos movimentos sociais e principalmente no movimento LGBTTT através da apresentação de instituições que possuem fundos documentais relacionados à temática disponibilizando seus acervos para objetivos práticos de pesquisa.

Realizar esta pesquisa permitiu dar voz aos acervos do movimento LGBTTT da cidade de Porto Alegre, conhecer algumas das organizações que o constituem e mostrar sua relação com a sociedade, além de permitir ver de perto o trabalho que vem sendo realizado pelas mesmas, demonstrando a importância de seus fundos documentais. Disponibilizamos o conhecimento e mapeamento realizado a partir deste trabalho e esperamos que sirva como ponto de referências para mais pesquisas na área. Também que desperte o interesse das próprias organizações na disponibilização de seu acervo para consulta externa, como atitude para a construção conjunta de políticas públicas com a sociedade.

Apresentamos uma mostra de seis organizações que nos permitiram obter um panorama geral dos acervos do movimento LGBTTT e comprovamos a sua existência e preservação, mesmo que as vezes de formas informais e um pouco instáveis, a preocupação do militantes para que isso se torne possível é o que mantém vivo esses acervos.

Resumidamente, após realizar a análise da nossa amostra percebemos como estão constituídos os acervos do movimento LGBTTT em Porto Alegre, sendo que na sua maioria possuem documentação arquivística de natureza técnica, administrativa, contábil-financeira e de pessoal, além de apresentar coleções. Todas apresentam método de organização de forma analógica e digital. Ao analisar o acesso e a difusão aos acervos percebe-se que todos possuem formas de acesso, sendo a difusão do acervo de formato analógica e digital. Todas as organizações demonstraram alguma forma de preservação de documentos; a custódia se dá pelos membros, pela organização, ou ambos; e a guarda da documentação na sede ou em outros locais.

Este foi um levantamento que demonstrou a quantidade de informações disponíveis nos acervos das organizações do movimento LGBTTT e a utilidade social que estes podem ter. Preservar esse tipo de informações de um movimento considerado minoria que ainda sofre com o preconceito e discriminação é de plena responsabilidade de seus atuais componentes, que devem pensar em medidas para a manutenção desses

acervos. O intuito desta pesquisa foi investigar a existência e configuração destes acervos para demonstrar a importância tanto para seus produtores como a sociedade no geral. O Estado não se faz responsável pela preservação da documentação, porém cabe às organizações produtoras um diálogo com as faculdades, por exemplo e UFRGS, inserida na discussão do movimento LGBTT e a sociedade, para encontrar maneiras de destacar os fundos.

Compreendemos a diversidade dos seus acervos bem como as formas que podem ser utilizados, representando as funções sociais que os acervos podem executar. São destaque os resultados que obtivemos na utilização de acervos para as pesquisas acadêmicas e informais. A utilização dos acervos para o auxílio e educação da sociedade na conscientização dos temas LGBTT, no tocante a discriminação e violência que afeta este grupo e na garantia dos direitos. Também destacamos a posição dos grupos e de seus acervos como representação da luta LGBTT na cidade permitindo a identificação de pessoas à causa e dando consistência e validade documental registrada à história do movimento.

Pessoalmente, poder relacionar a temática dos arquivos a partir do movimento LGBTT em Porto Alegre é de enorme significância. Conhecer os nomes dos envolvidos na trajetória e construção do movimento, entrar em contato com pessoas que desde o começo presenciaram ou estão há pouco tempo auxiliando e atuando em conjunto à sociedade. Os profissionais arquivistas precisam despertar e perceber a importância da área da Arquivologia, propagando o conhecimento dessa importância, fazendo com que a área se torne mais respeitada, conhecida e levada a sério no país. Através desta pesquisa, também percebemos o quão essa área ainda é desconhecida no país, tendo muito ainda o que avançar, assim como as pessoas necessitam do conhecimento da sua relevância. Somente ao finalizar este trabalho alguns assuntos foram percebidas, principalmente no tocante à função secundária do arquivo, a função social, a qual não foi de fácil compreensão. Sugerimos como contribuição para a área, que exista uma força tarefa para educar as pessoas sobre a importância que os documentos podem adquirir.

Contudo, e pese as dificuldade que encontramos na área da Arquivologia e do movimento LGBTT, cabe pensar o futuro e uma possível reunião desses acervos em um maior, constituído de diversos fundos documentais, como pudemos ver no AEL, no MDS e no RPA, para que a vulnerabilidade a que os grupos estão expostos se torne

força na união de um possível centro do movimento LGBTTT no Rio Grande do Sul ou em Porto Alegre.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

<[http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion\\_Term\\_Arquiv.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1985.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**. São Paulo : Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

BOTELHO; André; SHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania um projeto em construção: minorias, justiça e direitos humanos**. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União, Brasília, DF**, de 09 jan. 1991. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BRUSCATO, Renata da Silva. **Análise de funcionamento do Grupo de Trabalho da Livre Orientação Sexual da Prefeitura da Porto Alegre**. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132372/000983633.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CENTRO DE INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO. **Orgulho e preconceito**. Disponível em: <<https://cidarq.ufg.br/n/34312-orgulho-e-preconceito>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

COELHO, Ana Cláudia Lara dos Santos. **Acesso aos arquivos direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais**. Revista do Arquivo, São Paulo, Ano II, n. 5, p. 51-61, outubro de 2017 Disponível em:

<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/05/pdf/COELHO\\_\\_A\\_C\\_L\\_S\\_-\\_Acesso\\_aos\\_Arquivos\\_e\\_Direitos\\_Humanos\\_\\_Legislacao\\_e\\_Boas\\_Praticas\\_Internacionais.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/pdf/COELHO__A_C_L_S_-_Acesso_aos_Arquivos_e_Direitos_Humanos__Legislacao_e_Boas_Praticas_Internacionais.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Declaração Universal sobre os Arquivos**. Disponível em: <[http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT\\_1\\_.pdf](http://www2.iict.pt/archive/doc/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT_1_.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CORRÊA, Bruna Ferreira. **Serviço social e direitos humanos: a interlocução com os movimentos sociais LGBT no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/130475>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

DELMAS, Bruno. **Arquivos Para Quê? : textos escolhidos**. São Paulo : Insituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico.** Cadernos AEL, Campinas, v.10, n.18/19, 45 p., 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO. UFRGS. **Apoios e Serviços de Referência.** Disponível em: <<https://www.facebook.com/facedufrgs/photos/gm.1929122960700447/186650516360010/?type=3&theater>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resistência à LGBTTfobia é tema de atividades na Faced.** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/faced/mes-da-resistencia-a-lgbtftobia-2/>>. Acesso em 28 jul. 2017.

FUGUERAS, Ramón Alberch I. **Archivos y Derechos Humanos.** España, Somonte-Celero : Ediciones Trea, 2008, 135 p.

\_\_\_\_\_. **Los archivos, entre la memória histórica y la sociedad del conocimiento.** España, Barcelona : Editorial UOC, 2003, 221 p.

Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA). **O Gapa.** Disponível em: <<https://www.vivaogapa.minhaportoalegre.org.br/>> Acesso em: 22 dez. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo : Atlas, 2002; 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil.** Brasília : SER social, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/eILxHih2XPito00h4990.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2017.

GOLIN, Célio. **Nuances 25 anos: uma trajetória inconformada com a norma.** Porto Alegre : Editora Nuances, s.n., 2017, 160 p.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto 58.075, de 25 de maio de 2012.** Cria, na Secretaria da Cultura, como equipamento cultural da área de Difusão Cultural, o Centro de Cultura, Memória e Estudos de Diversidade Sexual do Estado da São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto-58075-25.05.2012.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Museu da Diversidade Sexual.** Disponível em: <<http://www.mds.org.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2017

GOVERNO FEDERAL. **Cirurgias de mudança de sexo são realizadas pelo SUS desde 2008.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/cirurgias-de-mudanca-de-sexo-sao-realizadas-pelo-sus-desde-2008>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Relatório 2017: mortes Violentas de LGBT no Brasil.** Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

GUTERRES, Jackson dos Santos. **A arquivística social expressa na declaração universal sobre os arquivos: o caso dos Arquivistas Sem Fronteiras.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28447/000770918.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

HEYMANN, Luciana. **Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Trabalho apresentado no Seminário "Preservação do patrimônio cultural e universidade": 25 anos do CEDIC/PUC-SP. Mesa: Patrimônio cultural e políticas de preservação. São Paulo, 13 set. 2005. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1610.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1610.pdf)>. Acesso em 06 dez. 2012.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de informação.** 2. ed. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Em busca da visibilidade.** Disponível em: <[http://jcrs.uol.com.br/\\_conteudo/2017/08/cadernos/empresas\\_e\\_negocios/582663-em-busca-de-visibilidade.html](http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/08/cadernos/empresas_e_negocios/582663-em-busca-de-visibilidade.html)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa.** 2. ed. rev. Rio de Janeiro : Projecto, 2009, p. 131-165.

LUZ, Fernanda Ferreira Candfield. **Diversidade afetiva: uma Leitura sobre os Movimentos Sociais LGBT de Porto Alegre.** São Leopoldo : UNISINOS, 2011. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4101>>. Acesso em: 03 ago. 2017.

QUIVY, Raymond; COMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa : Gradiva, 1995.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Brasília : **Sociedade e Estado**, vol.27 n.2, maio/ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922012000200005#tx2](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005#tx2)>. Acesso em 22 dez. 2017.

MOURA, Julia. **7 conquistas – e um grande desafio – dos LGBT nos últimos 20 anos.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/7-conquistas-e-um-grande-desafio-dos-lgbt-nos-ultimos-20-anos/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

MUNDET, José Ramón Cruz. Principípios, términos y conceptos fundamentales. In: COORDINADORA DE ASOCIACIONES DE ARCHIVEROS. **Administración de**

**documentos y archivos. Textos fundamentales.** Disponível em:

<<http://www.archiveros.net/LIBRO.ARCHIVOS.IBEROAMERICANOS.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

NARDI, Henrique Caetano (Org.); SILVEIRA, Raquel da Silva (Org.); Machado, Paula Sandrine (Org.). **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas.** 1. ed. Porto Alegre : Sulina, 2013. v. 1. 207 p .

**OUTRA VISÃO. Blog da ONG Outra Visão.** Disponível em:

<<http://outravisaolgbt.blogspot.com.br/p/historico.html>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

REDE PORTUGUESA DE ARQUIVOS (RPA). **Objetivos da RPA.** Disponível em:

<<http://arquivos.pt/identificacao-institucional/objectivos-da-rpa/>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

SHELLEMBERG, T. R. Avaliação dos documentos públicos modernos. In: **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004. p. 179 – 229.

SILVA, A. M. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto : Afrontamento, 1998.

SCHMIDT, Benito Bisso; SILVA, Diego Scherer da; PINTO, Geórgia Stefania Manfroi; PEREIRA, Iuri Bauler; BONUGLI, Marcus Vinícius de Souza. Quando novos personagens entraram no arquivo: o Centro de Documentação Social (CDS) do Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFRGS. In: MARQUES, Antonio José; STAMPA, Inez Terezinha. (Org.). **O mundo dos trabalhadores e seus arquivos. São Paulo/Rio de Janeiro: Central Única dos Trabalhadores.** Arquivo Nacional, 2009. p. 201-210. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nph/wp-content/uploads/2015/11/ABCD-nos-movimentos-Quando-novos-personagens-entraram-no-arquivo.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

SENADO FEDERAL. **Trancada por MPs, pauta do Plenário tem união homoafetiva e PECs.** Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/08/trancada-por-mps-pauta-do-plenario-tem-pecs-e-uniao-homoafetiva>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SIMÕES, Júlio Assis. Homossexualidade e Movimento LGBT: estigma, diversidade, cidadania. In: **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos.** Org. BOTELHO, André; SCHWARCZ Lilia Moritz. 1a ed. São Paulo : Claro Enigma, 2012.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Transexuais têm direito à alteração do registro civil sem realização de cirurgia.** Disponível em:

<[http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/noticias/Not%C3%ADcias/Transexuais-t%C3%AAm-direito-%C3%A0-altera%C3%A7%C3%A3o-do-registro-civil-sem-realiza%C3%A7%C3%A3o-de-cirurgia)>. Acesso em: 06 dez. 2017.

TEIXEIRA FILHO; Fernando Silva; MARRETO, Carina Alexandra Rondini. Homossexualidades, homofobia e tentativas de suicídio em adolescentes LGBT. Florianópolis : **Fazendo Gênero**, v. 8, ago. 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST50/Teixeira\\_Filho-Marreto\\_50.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST50/Teixeira_Filho-Marreto_50.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2017.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TROITIÑO, Sonia. **O receber e o organizar: interfaces entre avaliação documental e organização arquivística**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 17, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4276/2395>>. Acesso em 06 dez. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Ciclo de cinema exhibe filmes com o tema das lesbianidades**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/ciclo-de-cinema-exibe-filmes-com-o-tema-das-lesbianidades>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e Identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, n. 5/6, 1996/1997. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2458/1868>>. Acesso em: 02 ago. 2017.



Fonte: Arquivo Nacional, 1985.

Imagem 3 - Questionário 1

3 / 4 80%

22 — VERIFICAR AS CONDIÇÕES DE DEPÓSITO E ACONDICIONAMENTO:  
 HÁ CONTROLE DE:

TEMPERATURA	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
UMIDADE	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM
LUMINOSIDADE	<input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> SIM

ACONDICIONAMENTO:

<input type="checkbox"/> CAIXAS DE PLÁSTICO	<input type="checkbox"/> ESTANTES DE AÇO
<input type="checkbox"/> CAIXAS DE PAPELÃO	<input type="checkbox"/> ESTANTES DE MADEIRA
<input type="checkbox"/> PASTAS	<input type="checkbox"/> ARMÁRIOS DE AÇO
<input type="checkbox"/> AMARRADOS	<input type="checkbox"/> ARMÁRIOS DE MADEIRA
<input type="checkbox"/> ENCADERNADOS	<input type="checkbox"/> ARQUIVOS DE AÇO
	<input type="checkbox"/> ARQUIVOS DE MADEIRA

OUTROS: \_\_\_\_\_

23 — CONDIÇÕES DO ACERVO:

<input type="checkbox"/> EXCELENTE
<input type="checkbox"/> BOM
<input type="checkbox"/> REGULAR
<input type="checkbox"/> SOFRÍVEL

24 — CONDIÇÕES DO DEPÓSITO:

<input type="checkbox"/> EXCELENTE
<input type="checkbox"/> BOM
<input type="checkbox"/> REGULAR
<input type="checkbox"/> SOFRÍVEL

25 — ESPECIFICAÇÕES SOBRE O ACERVO:

ACERVO	
DATAS-LIMITES	
QUANTIFICAÇÃO	
TIPOS DE DOCUMENTOS	

39

Fonte: Arquivo Nacional, 1985.

Imagem 4 - Questionário 1

Câmara Técnica de ... ONG pratica.pdf (P... Untitled\_14112017... x

4 80%

26 — HISTÓRICO:

27 — OBSERVAÇÕES GERAIS:

DATA DO PREENCHIMENTO: \_\_\_\_\_  
 INFORMAÇÕES PRESTADAS POR: \_\_\_\_\_  
 TÉCNICOS: \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo Nacional, 1985.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Questionário de coleta para entrevista

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: OS ARQUIVOS  
RESULTANTES DO MOVIMENTO LGBTT EM PORTO ALEGRE**

### QUESTIONÁRIO

1 - NOME DA INSTITUIÇÃO OU GRUPO:

---



---

2 - HISTÓRICO:

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

3 – CONFIGURAÇÃO JURÍDICA DA INSTITUIÇÃO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIRETA

INDIRETA

AUTARQUIA

EMPRESA PÚBLICA

SOCIEDADE

ECONOMIA MISTA

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC/ONG)

FUNDAÇÃO

ASSOCIAÇÃO

COLETIVOS OU MOVIMENTOS

4 - ENDEREÇO DA INSTITUIÇÃO:

---



---

TEL: \_\_\_\_\_

SITE: \_\_\_\_\_

---

REDES SOCIAIS:

E-MAIL:

5 - HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: \_\_\_\_\_

7 - O ACERVO É CONSTITUÍDO POR:

ARQUIVO                       COLEÇÃO BIBLIOGRÁFICA E/OU MUSEOLÓGICA

8 - O ACERVO É ABERTO AO PÚBLICO?

NÃO                                       SIM

OBSERVAÇÃO:

---

---

---

---

9 - RESPONSÁVEL PELO ACERVO:

NOME:

---

CARGO E FORMAÇÃO :

---

CONTATO (TELEFONE E E-MAIL):

---

OBSERVAÇÃO:

---

---

---

10 - RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO:

NOME:

---

CARGO:

---

CONTATO (TELEFONE E E-MAIL):

---

OBSERVAÇÃO:

---

---

---

11 - DATA DA "IMPLANTAÇÃO" DO ARQUIVO:

---

12 - HÁ DEPÓSITOS DO ARQUIVO EM OUTRO LUGAR/COM OUTRAS PESSOAS?

NÃO                       SIM                      ENDEREÇO:

---

TEL:

---

OBSERVAÇÃO:

---

---



---

13- HOUVE “TRANSFERÊNCIA” DE DOCUMENTOS DESTA ARQUIVO PARA OUTRO ARQUIVO?

NÃO                      SIM

QUAL PERÍODO? \_\_\_\_\_

TIPO DE DOCUMENTAÇÃO?

---



---

OBSERVAÇÃO: \_\_\_\_\_

---

14 - HÁ ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS? EM CASO AFIRMATIVO, COMO OCORRE?

---



---



---

15 - HÁ ALGUM CRITÉRIO PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS? EM CASO AFIRMATIVO, COMO OCORRE?

---



---



---

16 - HÁ INSTRUMENTOS DE PESQUISA?

NÃO                       SIM

GUIA             INVENTÁRIO             CATÁLOGO             ÍNDICE

FICHÁRIOS

ALFABÉTICO             NUMÉRICO             CRONOLÓGICO

LISTAGENS

BASE DE DADOS PARA DESCRIÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

OUTROS

---



---



---

17 - QUAL O SUPORTE DOS DOCUMENTOS:

ANALÓGICO                       DIGITAL

OBSERVAÇÃO:

---



---



---

18 - EM CASO DE DOCUMENTOS EM SUPORTE DIGITAL, QUAIS SÃO OS FORMATOS?

---



---



---

19 - QUE OUTROS TIPOS DE DOCUMENTOS SÃO GUARDADOS PELA ENTIDADE?

- MAPAS                       PLANTAS  
 AMPLIAÇÕES FOTOGRÁFICAS                       NEGATIVOS FOTOGRÁFICOS  
 DISCOS                       FITAS CASSETES                       FITAS EM ROLO  
 FILMES                       VIDEOCASSETES                       VIDEOTAPES  
 MICROFILMES  
 IMAGENS DIGITAIS                       VIDEO                       FOTOS  
 OUTROS
- 
- 
- 

20 - CONDIÇÕES DE DEPÓSITO E ACONDICIONAMENTO:

HÁ CONTROLE DE:

- TEMPERATURA                       SIM                       NÃO  
 UMIDADE                       SIM                       NÃO  
 LUMINOSIDADE                       SIM                       NÃO

ACONDICIONAMENTO:

- CAIXAS DE PLÁSTICO                       CAIXAS DE PAPELÃO                       PASTAS  
 AMARRADOS                       ENCADERNADOS

MOBILIÁRIO:

- ESTANTES DE AÇO                       ESTANTES DE MADEIRA  
 ARMÁRIOS DE AÇO                       ARMÁRIOS DE MADEIRA  
 OUTROS:
- 
- 

21 - CONDIÇÕES DO ACERVO:

- EXCELENTE                       BOM                       REGULAR  
 REQUER CUIDADOS IMEDIADOS

22 - CONDIÇÕES DO DEPÓSITO

- EXCELENTE                       BOM                       REGULAR  
 REQUER CUIDADOS IMEDIADOS

23 - ESPECIFICAÇÕES SOBRE O ACERVO:

EM MEIO ANALÓGICO

ACERVO	
DATAS-LIMITES	
QUANTIFICAÇÃO	

TIPOS DE DOCUMENTOS	
---------------------	--

## EM MEIO DIGITAL

ACERVO	
DATAS-LIMITES	
QUANTIFICAÇÃO	
TIPOS DE DOCUMENTOS	



APÊNDICE B - Termos de Autorização Institucional e de Consentimento Livre e Esclarecido

**Termo de Autorização Institucional**

Prezado(a) Senhor(a):

Solicitamos sua autorização para realização de pesquisa no Grupo Sonos

para trabalho de conclusão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulada **A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: os arquivos resultantes do movimento LGBTT em Porto Alegre**, de autoria da acadêmica Sharon Daniela da Cunha Núñez e orientado pela Profa. Ms. Rita de Cássia Portela da Silva, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

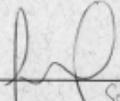
Este projeto tem como objetivo geral compreender como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTT em Porto Alegre. Tem a finalidade de identificar os documentos que os compõe e o tratamento dado aos mesmos. Os procedimentos adotados serão utilização da bibliografia de referência, a pesquisa documental no acervo e a entrevista com funcionários e colaboradores.

Esperamos com esta pesquisa, identificar os acervos documentais do movimento fortalecendo a discussão arquivística e LGBTT. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do e-mail danielacnunez@gmail.com ou telefone (051) 994418282. A qualquer momento, o/a senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação do trabalho de conclusão de curso.

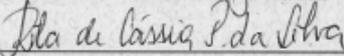
Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição.

Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2017.

  
 \_\_\_\_\_ Gabriel Galli  
 Sonos - Autorização da Instituição

  
 \_\_\_\_\_ Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

  
 \_\_\_\_\_ Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

### Termo de Autorização Institucional

Prezado(a) Senhor(a):

Solicitamos sua autorização para realização de pesquisa no 68 - Generalizando SAJW - UFRGS para trabalho de conclusão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulada **A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: os arquivos resultantes do movimento LGBTT em Porto Alegre**, de autoria da acadêmica Sharon Daniela da Cunha Núñez e orientado pela Profa. Ms. Rita de Cássia Portela da Silva, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

Este projeto tem como objetivo geral compreender como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTT em Porto Alegre. Tem a finalidade de identificar os documentos que os compõe e o tratamento dado aos mesmos. Os procedimentos adotados serão utilização da bibliografia de referência, a pesquisa documental no acervo e a entrevista com funcionários e colaboradores.

Esperamos com esta pesquisa, identificar os acervos documentais do movimento fortalecendo a discussão arquivística e LGBTT. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do e-mail danielacnunez@gmail.com ou telefone (051) 994418282. A qualquer momento, o/a senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação do trabalho de conclusão de curso.

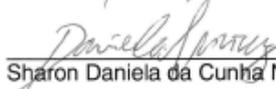
Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição.

Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2017.



- Autorização da Instituição



Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

### Termo de Autorização Institucional

Prezado(a) Senhor(a):

Solicitamos sua autorização para realização de pesquisa no OUTRA VISÃO para trabalho de conclusão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulada **A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: os arquivos resultantes do movimento LGBTTT em Porto Alegre**, de autoria da acadêmica Sharon Daniela da Cunha Núñez e orientado pela Profa. Ms. Rita de Cássia Portela da Silva, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

Este projeto tem como objetivo geral compreender como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTTT em Porto Alegre. Tem a finalidade de identificar os documentos que os compõe e o tratamento dado aos mesmos. Os procedimentos adotados serão utilização da bibliografia de referência, a pesquisa documental no acervo e a entrevista com funcionários e colaboradores.

Esperamos com esta pesquisa, identificar os acervos documentais do movimento fortalecendo a discussão arquivística e LGBTTT. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do e-mail danielacnunez@gmail.com ou telefone (051) 994418282. A qualquer momento, o/a senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação do trabalho de conclusão de curso.

Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição.

Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização.

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2017.

Ricarda Leate  
4083227068



- Autorização da Instituição



Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora



### Termo de Autorização Institucional

Prezado(a) Senhor(a):

Solicitamos sua autorização para realização de pesquisa no

Liga Brasileira de Leigos RS

para trabalho de conclusão do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulada **A LUTA PELA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: os arquivos resultantes do movimento LGBTQ em Porto Alegre**, de autoria da acadêmica Sharon Daniela da Cunha Núñez e orientado pela Profa. Ms. Rita de Cássia Portela da Silva, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS.

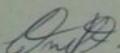
Este projeto tem como objetivo geral compreender como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTQ em Porto Alegre. Tem a finalidade de identificar os documentos que os compõe e o tratamento dado aos mesmos. Os procedimentos adotados serão utilização da bibliografia de referência, a pesquisa documental no acervo e a entrevista com funcionários e colaboradores.

Esperamos com esta pesquisa, identificar os acervos documentais do movimento fortalecendo a discussão arquivística e LGBTQ. Qualquer informação adicional poderá ser obtida através do e-mail danielacnunez@gmail.com ou telefone (051) 994418282. A qualquer momento, o/a senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos sobre o trabalho que está sendo realizado e os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados na publicação do trabalho de conclusão de curso.

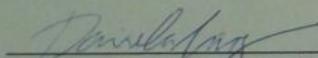
Declaro que fui informado dos objetivos da pesquisa acima e concordo em autorizar a execução da mesma nesta Instituição. Sei que a qualquer momento posso revogar esta autorização, se comprovada atividades que causem algum prejuízo à esta instituição ou ainda, a qualquer dado que comprometa o sigilo da participação dos integrantes desta instituição.

Declaro, também, que não recebi ou receberei qualquer tipo de pagamento por esta autorização.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.



\_\_\_\_\_  
- Autorização da Instituição



\_\_\_\_\_  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

\_\_\_\_\_  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTQTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTQTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria consultado o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTQTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTQTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTQTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTQTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTQTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICOM/UFRGS) e se propõe a estudar 68 - Coletor SATU - UFRGS, com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTQTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu Sharon Daniela da Cunha Núñez (entrevistado), RG 4098746077, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2017.

Autorização do Entrevistado

Sharon Daniela da Cunha Núñez  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTQTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTQTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria constituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTQTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTQTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTQTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTQTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTQTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICOM/UFRGS) e se propõe a estudar o X - Generalizando SMTU - UFRGS, com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTQTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu Mariana da Santos Jesus (entrevistado), RG 092.074.429-83, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2017.

Mariana Jesus  
Autorização do Entrevistado

Sharon Daniela da Cunha Núñez  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria consituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTTFobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a estudar os arquivos LGBTTT de com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

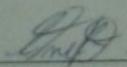
Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

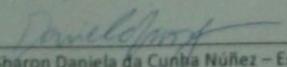
A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_ (entrevistado), RG \_\_\_\_\_ manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Autorização do Entrevistado

  
\_\_\_\_\_  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

\_\_\_\_\_  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria constituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTTFobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a estudar A BOVALDADE RS

\_\_\_\_\_, com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu Moadi Speck Zambachon (entrevistado), RG 9016833442, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2017.

Moadi Speck Zambachon  
Autorização do Entrevistado

Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTQTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTQTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria constituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTQTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTQTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTQTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTQTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTQTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABIC/UFGRS) e se propõe a estudar OUTRA VIDA

\_\_\_\_\_, com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTQTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_ (entrevistado), RG \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, 07 de dezembro de 2017.

Racina Leites  
4083227028  
[Assinatura]  
Autorização do Entrevistado

[Assinatura]  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

\_\_\_\_\_  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O movimento LGBTQTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTQTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria constituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTQTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTQTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTQTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTQTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTQTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a estudar Somos

\_\_\_\_\_ com o propósito de investigar "Como estão constituídas os arquivos do movimento LGBTQTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu

Sandro Dúguez Cardoso (entrevistado), RG

\_\_\_\_\_ manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2017.

Sandro Dúguez Cardoso  
Autorização do Entrevistado

Sharon Daniela da Cunha Núñez  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

Rita de Cássia Portela da Silva  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O movimento LGBTTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria consultado o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTTFobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a estudar Arquivos LGBTTT em Porto Alegre.

com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu JULLIO VENEZUELA DE BITEZOLAR (entrevistado), RG 4009746077, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, RS de dezembro de 2017.

[Assinatura]  
Autorização do Entrevistado

[Assinatura]  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

[Assinatura]  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O movimento LGBTQTT se manifesta na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos LGBTQTT, assim acompanhamos a trajetória do mesmo e nos perguntamos como estaria consituído o seu acervo de documentos.

Alguns grupos e instituições da cidade assumiram papéis de agentes sociais e formaram a base do movimento. Para selecionar a nossa amostra de estudo dentro do universo do movimento LGBTQTT de Porto Alegre, optamos por destacar esses grupos ativistas que participaram como realizadores ou foram indicados como apoiadores ou palestrantes, no mês da "Resistência à LGBTQTTfobia" e a "Semana do Orgulho e Parada de Luta LGBTQTT" realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e outros locais públicos na cidade, em junho de 2017.

Notamos uma crescente produção acadêmica relacionada ao tema na própria Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicando uma demanda de informações pelos pesquisadores que quanto mais debatem sobre o assunto mais o fortalecem.

Para dar conta deste trabalho estudaremos como se deu o movimento LGBTQTT na cidade; identificaremos os acervos documentais do movimento LGBTQTT; examinaremos a composição dos acervos através das espécies e tipos documentais e; analisaremos as condições de acesso, difusão e preservação.

A presente pesquisa contempla o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FABICO/UFRGS) e se propõe a estudar a História Trans em AGSD

, com o propósito de investigar "Como estão constituídos os arquivos do movimento LGBTQTT na cidade de Porto Alegre?". Para este fim, os representantes serão entrevistados na sede do local.

Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado.

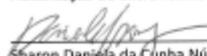
A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa participante. Se no decorrer desta pesquisa o(a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de o fazer, sem que isto lhe acarrete nenhum prejuízo.

A responsável por esta pesquisa é a estudante Sharon Daniela da Cunha Núñez, sob orientação da Profa. Rita de Cássia Portela da Silva, que se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento que eventualmente o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente através do telefone (051) 994418282 ou pelo e-mail danielacnunez@gmail.com.

Após ter sido devidamente informado de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido Caro Rita de Cássia todas as minhas dúvidas, eu Sharon Daniela da Cunha Núñez (entrevistado), RG 74032407, manifesto expressamente minha concordância e meu consentimento para realização da pesquisa descrita acima.

Porto Alegre, RS de dezembro de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
Autorização do Entrevistado

  
\_\_\_\_\_  
Sharon Daniela da Cunha Núñez – Estudante responsável pela pesquisa

\_\_\_\_\_  
Rita de Cássia Portela da Silva – Professora orientadora